



FATECS

Curso de Comunicação Social
Habilitação: Jornalismo

A GUERRA CONSTANTE:

**Um estudo da cobertura feita pelo jornal *Folha de S. Paulo*
dos mais recentes conflitos armados entre israelenses e palestinos em Israel
entre 27 de dezembro de 2008 e 22 de janeiro de 2009**

GIANCARLO GALDINO

RA: 20654708

2010

GIANCARLO GALDINO

**A GUERRA CONSTANTE:
Um estudo da cobertura feita pelo jornal *Folha de S. Paulo*
dos mais recentes conflitos armados entre israelenses e palestinos em Israel
entre 27 de dezembro de 2008 e 22 de janeiro de 2009**

Monografia apresentada como requisito parcial
para a conclusão do curso de Jornalismo do
Departamento de Comunicação Social do
UniCEUB
Orientador: Prof. Luiz Cláudio Ferreira

Brasília
2010

GIANCARLO GALDINO

**A GUERRA CONSTANTE:
um estudo da cobertura feita pelo jornal *Folha de S. Paulo*
dos mais recentes conflitos armados entre israelenses e palestinos em Israel
entre 27 de dezembro de 2008 e 18 de janeiro de 2009**

Monografia apresentada como requisito parcial
para a conclusão do curso de Jornalismo do
Departamento de Comunicação Social do
UniCEUB
Orientador: Prof. Luiz Cláudio Ferreira

Brasília, 11 de junho de 2010.

Banca examinadora

Severino Francisco

Paulo Paniago

Luiz Cláudio Ferreira

Para Jeane e Gil.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é humildemente dedicado a todos os que de maneira verdadeira e honesta se esmeram pela solução dos conflitos no Oriente Médio, grande parte fora do alcance dos holofotes. É também oferecido aos que contribuíram, de maneira direta ou indireta, para sua concretização.

Este autor devota agradecimentos especiais a Luiz Cláudio Ferreira, pelo incentivo, confiança e paciência; e Sonale Paiva de Oliveira, em retribuição à gentileza e atenção dispensadas a melhorias de natureza técnica desta publicação.

“Só o triunfo consola a alma ferida”.

Benjamin Disraeli

RESUMO

O trabalho aborda conflitos armados entre israelenses e palestinos, ocorridos entre os dias 28 de dezembro de 2008 e 18 de janeiro de 2009. Ao longo deste trabalho, este pesquisador quis evidenciar a importância do jornalismo bem apurado, de modo rigoroso e isento, lembrando, contudo, que o bom jornalismo — em especial o jornalismo de guerra — nem por isso pode preterir a análise, instrumento fundamental para a desmistificação do que é noticiado em veículos de comunicação de massa do mundo todo. A cobertura desses eventos empreendida pelo jornal *Folha de S.Paulo*, faltando apenas pouco mais de um ano e meio para a publicação deste trabalho, veio coroar a vontade de dedicar-lhe atenção mais específica. E suscitou a coragem para a defrontação de novos desafios.

Palavras-chave: Conflitos. Oriente Médio. Judeus. Palestinos. Árabes. Antissemitismo. Sionismo. Totalitarismo. Jornalismo de guerra. *Folha de S. Paulo*.

SUMÁRIO

Introdução – Adorável estranho	8
1 Jornalismo de guerra — modo de fazer	11
<i>1.1 Glórias e chagas do jornalismo de guerra — da essencialidade do correspondente de guerra para a democracia e a compreensão da realidade (e das realidades) do mundo</i>	<i>12</i>
2 A terra do fogo — judeus e palestinos no Oriente Médio.....	16
3 A guerra à mesa do café — como o jornal <i>Folha de S. Paulo</i> cobriu os conflitos armados mais recentes entre israelenses e palestinos no Oriente Médio	19
<i>3.1 A cobertura da <i>Folha de S. Paulo</i>.....</i>	<i>20</i>
4 Conclusão — A guerra é divertida.....	71
REFERÊNCIAS	74
ANEXO A – Palestino vê erro na ausência em adiar debate sobre Gaza	75
ANEXO B – Israelenses não serão réus, diz premiê	76
ANEXO C – Brasil propõe paliativo a relatório sobre Gaza	77
ANEXO D – ONU deve aprovar hoje relatório sobre Gaza.....	78
ANEXO E – Conselho da ONU endossa texto sobre Gaza	79
ANEXO F – Israel critica a aprovação de relatório.....	80
ANEXO G – No “radar” do Oriente Médio, Brasil busca influenciar	81
ANEXO H – Processo de paz empaca e país ganha relevo.....	82
ANEXO I – Orçamento da ONU enfrenta impasses	83
ANEXO J – Brasil vê plano palestino com ceticismo.....	84

1. Introdução – Adorável estranho

A educação formal já ensina: a história do homem é a história das guerras em que se envolve. Ensina ainda mais: o gênero humano é belicoso por natureza e à medida que sua anatomia tornava-se mais desenvolvida e ampla, com caixa craniana maior e aparelho fonador em constante progresso, a humanidade valeu-se da comunicação para expressar sentimentos e desejos de poder. O tema deste estudo — os conflitos no Oriente Médio — é alvo da ambição intelectual deste autor desde há pelo menos sete anos.

O jornalismo de guerra, para fazer do procedimento jornalístico uma possibilidade em meio ao caos próprio de um conflito armado, sempre teve de primar pela boa formação intelectual desses profissionais. Ao contar com quadros tão bons, o jornalismo de guerra tem maior chance de fazer valer o fundamento de observar, investigar, apurar e reportar conflitos armados, causas e bastidores de tais acontecimentos.

São milenares as guerras a envolver israelenses e palestinos, situação que se acirrou há pouco mais de 60 anos, quando da criação oficial do Estado judeu, em 1948. Como em toda narrativa histórica do homem, esta também exhibe alto grau de complexidade, sendo desaconselhável a tentativa de estabelecer mocinhos e vilões neste enredo, o que não aconteceu no expediente jornalístico de todos os veículos de comunicação de massa que reportaram a última guerra entre os dois povos, no período compreendido entre o final do ano de 2008 e o início do de 2009. A cobertura feita pelo jornal *Folha de S. Paulo* do evento estudado, cujo conteúdo este pesquisador pretende esmiuçar no presente trabalho, expõe a atuação demonizada pela mídia do governo israelense no conflito.

Ao ler, analisar e tomar nota de produtos jornalísticos e literários que respeitam ao sempiterno esfacelamento das relações entre israelenses e palestinos, muitos desses últimos militantes de grupos terroristas como o Hamas, este pesquisador julga ser necessário fazer certos apontamentos, com o propósito de dar alguma colaboração para o comportamento profissional de jornalistas em guerras vindouras. Julgamentos de valor, achismos e o velho antissemitismo não ajudam em nada na compreensão dos anseios do povo palestino concernentes à posse de um Estado próprio. Tampouco se pode ignorar o direito de Israel em preservar território e nação, conquistados após séculos de peregrinações errantes e depois de uma guerra que tinha por um dos líderes um chefe de Estado totalitarista e megalômano, que quase exterminou o povo judeu.

A cobertura de guerras por veículos de comunicação brasileiros já gozou de grande credibilidade, e, em especial, a realizada por jornais impressos, pródigos em profissionais talentosos que com justiça tornaram-se conhecidos após abandonarem seu país, família, filhos pequenos, para se dedicarem a atribuição tão inglória que, ironicamente, os fez célebres.

Pode se avaliar que o jornalismo de guerra realizado no Brasil passa, no início do século 21, por um momento de desprestígio, sendo o advento da internet um dos motivos — mas não o único. Entretanto, parte-se da premissa que ainda há empresas jornalísticas com objetivos além do tão necessário lucro, que publicam reportagens de excelência do ponto de vista jornalístico, assinadas por correspondente próprio, e acendem o interesse dos leitores pelas guerras que eclodem naquele conflagrado e distante Oriente Médio.

O veículo de comunicação de massa que se empenha em reportar conflitos armados de relevância mundial deve fazer exatamente isso, reportar, isto é, enviar profissionais aos lugares onde se travam as batalhas; não dedicar-se apenas a subsidiar jornalistas com computadores de última geração, telefones satelitais e convênio com agências de notícias internacionais, que são úteis, mas de modo algum são capazes de substituir a cobertura *in loco*, ao vivo, do ponto de vista da qualidade da informação.

Da mesma forma, jornalistas que se vêem imbuídos de tal tarefa devem ter, como já dito acima, formação cultural irrepreensível, mundivisão abrangente, comunicar-se de maneira fluente em língua inglesa, além de apresentar qualidades um tanto mais subjetivas, como capacidade de agir com discrição, frieza e agilidade. Só assim o jornalismo de guerra pode ser capaz de cumprir sua função, informar. E não mal-informar ou mesmo desinformar. É este o meio mais adequado para se cobrir conflitos armados.

Este pesquisador tenciona com o corrente trabalho demonstrar que as técnicas empregadas e a forma como foram publicadas pelo jornal *Folha de S. Paulo* as matérias-tema deste estudo são parte indissociável ao bom procedimento jornalismo. Dar voz aos lados envolvidos na questão, analisar, refletir, incutir questionamento, fazer pensar, sem, contudo, deixar-se macular pela natureza complexa e eivada de paixão do assunto é algo digno de monta, embora seja forçoso apontar que ocorreram, sim, equívocos, que o autor acredita, devido ao longo tempo de “relacionamento” com o jornal, terem sido de boa fé, ainda que, seja forçoso reconhecer, a cobertura dos mais recentes conflitos armados entre israelenses e palestinos empreendida pela *Folha* pode, sem receio de erro ou injustiça, ser classificada como majoritariamente pró-árabe, sem contudo deixar de esclarecer em trechos das

reportagens produzidas pelo correspondente do jornal no Oriente Médio os prejuízos — estruturais e de imagem; sociais e políticos — que sofria Israel.

Todos, jornalistas inclusive, são sujeitos a erros, que o escritor irlandês James Joyce (1882-1941) define como “os portais da descoberta”. Depois de mais de um ano de findos os mais recentes enfrentamentos armados entre israelenses e palestinos — infelizmente, as hostilidades voltaram a recrudescer enquanto este trabalho é submetido a revisão —, já é tempo de pôr a questão à luz de maneira mais detida e metodologicamente amparada.

1 Jornalismo de guerra — modo de fazer

Apontado pelo senso comum desde as escolas de comunicação como sonho de ofício, o jornalismo de guerra é uma modalidade da comunicação que sempre primou pela boa formação intelectual dos profissionais nela absorvidos, gente do quilate de William Howard Russell (1821-1907), o decano da atividade no mundo, Euclides da Cunha (1866-1909), o primeiro no Brasil, além de Rubem Braga (1913-1990), Joel Silveira (1918-2007), Ryszard Kapuscinski (1932-2007), José Hamilton Ribeiro, Jon Lee Anderson, Åsne Seierstad e William Waack. E não poderia ser de outro modo, dada a delicadeza da constituição e do exercício dessa atividade. O jornalismo de guerra, ao contar com quadros tão bons, tem maior chance de fazer valer seu fundamento de observar, investigar, apurar e reportar conflitos armados, suas causas e bastidores.

O jornalismo — e a comunicação de massa como um todo — é uma área do conhecimento humano que demanda interesse por assuntos múltiplos, curiosidade e, claro, muita leitura, requisitos que clamam por mais atenção ainda quando visam atingir públicos específicos, por conseguinte os mais exigentes e com acesso a fontes de informação as mais diversas. O jornalista de guerra, para ser digno dessa qualificação, precisa apresentar todos os predicados acima descritos, bem como virtudes muito mais específicas, a exemplo de capacidade de sentir e pressentir o perigo, escapar dele e viver para contar a história. Sensibilidade para saber em que circunstância avançar ou recuar na busca infatigável por notícias exclusivas e personagens que certamente irão enriquecer a matéria também é fundamental, do mesmo modo que distanciamento ideológico. Marcos Losekann, ex-correspondente da guerra entre o grupo dissidente terrorista libanês Hizbollah e o Estado de Israel, no Oriente Médio, diz que o jornalista que cobre conflitos armados não deve se envolver além de profissionalmente nesses eventos (Entrevista concedida ao programa *Altas Horas*. Rede Globo, 2006). Do contrário, pode ter de arcar com dois riscos: morrer ou o pior, não ser levado a sério.

A cobertura de guerras por empresas jornalísticas no Brasil já foi muito boa, com destaque para o já mencionado José Hamilton Ribeiro, responsável pelo expediente jornalístico na Guerra do Vietnã (1959-1975) quando repórter da revista *Realidade*. Paradoxalmente em uma época em que a internet e os vários recursos tecnológicos que conta

— o que, em tese, colaboraria para a melhor apuração de notícias em tempos extremos — ainda estava bem longe de acontecer. Uma das possíveis causas para explicar tão intrigante fenômeno é o alto custo para os veículos de comunicação no que tange a manter um correspondente de guerra no país em que se passam os conflitos, em especial se se levar em conta que o retorno em número de novos anunciantes devido exclusivamente à produção de reportagem de guerra é baixo e que há sempre a possibilidade de as empresas de comunicação avaliarem que é financeiramente mais seguro fazê-lo com recursos mais vultosos ou mesmo somente em produtos jornalísticos “neutros” ou que citam tais acontecimentos apenas “para constar”. Literalmente, o jornalismo de guerra é verdadeiramente um risco.

1.1 Glórias e chagas do jornalismo de guerra — da essencialidade do correspondente de guerra para a democracia

O jornalista que cobre conflitos armados pelo planeta sempre foi uma personagem vital para que se compreenda como são conduzidas as administrações em outros países e o que se passa em terras distantes. Webb Miller e Floyd Gibbons, repórteres na guerra entre Itália e Abissínia (1935-1936), foram os únicos profissionais de imprensa a testemunhar o começo do evento. Só a partir deles, o mundo principiou a tomar conhecimento do que acontecia entre essas nações desde a Primeira Guerra Mundial (1914-1919), quando, mediante tratados secretos, foi prometida à Itália hegemonia sobre o país africano.

Leitores de jornais conceituados certamente nunca abririam mão de poder contar com relatos de gente que sabe do que está a falar, que se vale de linguagem direta, mas que não abandona em nenhum momento o rigor técnico e a excelência jornalística. Especialmente o público que acompanha o noticiário internacional, e, de maneira ainda mais precisa que se interessa por jornalismo de guerra. Pode ser admitido como jornalismo de guerra o expediente de sentar-se confortavelmente diante do computador — este munido de recursos que há pouco mais de trinta anos não tinham fundamentação científica nenhuma para ser encarados como algo além de fantasia absoluta — e por meio de um clique, sempre ajudado pelo oráculo eletrônico, despoticamente ubíquo, que tornou-se a internet, redigir uma matéria? O que pode ser encarado por consenso desde já é que deslocar-se para o campo de batalha é sempre o melhor procedimento a ser cumprido, a exemplo do que fizeram Miller e Gibbons, aquele contratado pela United Press e responsável, graças a sua persistência, pelo maior furo jornalístico desde a Primeira Guerra Mundial. Em uma mensagem de seis palavras, enviada

por telégrafo em 22 de outubro de 1935, ele anunciou a entrada oficial dos italianos na Etiópia (N. do A.: Miller escreveu: Italianos começam invasão da Etiópia às cinco da madrugada).

Ainda tratando dos conflitos na Abissínia, exemplos de jornalismo de qualidade inquestionável podem ser creditados a Herbert Matthews, do *New York Times*, e Luigi Barzini Jr., feito da mesma carne e do mesmo talento de um dos maiores correspondentes de guerra que o mundo já conheceu: Luigi Barzini, que municiava com seus textos o *Corriere della Sera*. A maneira como Matthews e Barzini Jr. trabalhavam era a seguinte: à frente ia a guarda de avanço italiana, composta em maior parte de homens da tribo massauan, recrutados no litoral; depois, os oficiais italianos; e só então os dois jornalistas, sobre o lombo de mulas, com uma cáfila a carregar armas e mantimentos, resguardada por outro batalhão de nativos. Matthews e Barzini Jr. não acompanhavam muito bem o que acontecia; por isso, tiveram de ousar: abandonaram o caminho habitual, expondo-se de modo destemido ao perigo, e puseram-se de cócoras, junto com mais alguns oficiais, atrás de uma árvore. Barzini Jr. escreveu que “as balas cavavam um buraco na terra com um sopro de poeira e se alojavam na árvore com um pequeno estrondo”. (KNIGHTLEY, 1978, p. 232).

Os ataques se intensificaram e Matthews e Barzini Jr. observaram de perto a chagada dos soldados feridos, aspiraram o cheiro de sangue e pensaram se não chegaria a vez deles mesmos serem alvos de tão má sorte ou coisa pior. O primeiro combatente alvejado, um soldado massauan de 18 anos recém-completos, sofria altivamente com lacerações provocadas por projéteis de metralhadoras que haviam perfurado suas panturrilhas. Barzini Jr. relatou que o pobre rapaz “permaneceu de pé, em posição de atenção, e pedia timidamente um médico, como se tivesse medo de perturbá-lo” (KNIGHTLEY, 1978, p. 232). Matthews igualmente trabalhava sem aparente perturbação com o que se passava à volta, mas não pôde manter a fleuma ao ouvir a artilharia italiana abrir fogo, com canhões de 70 milímetros, conforme o relato de Knightley. “Isso vai dar um frio na barriga deles”, gritava para Barzini Jr. E novamente foi audacioso e deu asas a uma empresa arriscada: dirigiu-se a um ponto mais alto, a fim de garantir uma vista melhor do fato histórico que se desenrolava a poucos metros dele. Militares já haviam sido atingidos e o próprio Barzini Jr. teve as pernas estraçalhadas. A tensão foi total com a ameaça de cerco dos abissínios a todo instante. Um oficial das Forças da Itália chegou a aconselhar os jornalistas a se munirem de granadas para a batalha derradeira. Não foi necessário: os soldados italianos contra-atacaram e obrigaram os abissínios ao recuo.

Indubitavelmente, Matthews e Barzini Jr. dispunham de elementos jornalísticos de primeira para a redação de matérias que se tornariam exemplo de ótimo trabalho. Matthews não se deu por satisfeito e mesmo depois de ter produzido o que para ele foi sua melhor matéria, continuou a escrever por onze horas sem descanso (KNIGHTLEY, 1978, p. 233). Tudo foi transmitido por rádio, meio completamente obsoleto se comparado às muitas possibilidades de hoje e ainda mais se se considerar que a operação levou dois dias para empreender pleno êxito. Herbert Matthews, após desembolsar US\$ 1.500 de tarifa telegráfica, escreveu, enfim, seu nome na história do jornalismo: a reportagem sobre o combate entre italianos, agrupados sob o comando do general Oreste Mariotti, e abissínios, liderados por Kassa Sebat, que se enfrentaram na montanha de Azbi, ocupou 16 colunas da primeira página e duas páginas inteiras dentro do jornal e foi a mais longa matéria isolada de um correspondente já publicada pelo *New York Times*. Apesar de toda a competência profissional e fibra moral, Matthews não conseguiu ocultar que sua “torcida” pendia para um dos lados envolvidos no conflito, tendo recebido a acusação de fascista devido aos textos que estamparam as páginas do *New York Times*, ainda que em 1935 o fascismo contasse com respeito do ponto de vista filosófico e Mussolini fosse admirado até por homens como Winstom Churchill. O jornalista admitiu que gostava dos italianos e que era um entusiasta das Forças daquele país, além de apreciar os fascistas propriamente, e respondeu assim às críticas: “O certo ou o errado disto não me interessa muito [...]. Se uma porção de patifes trava uma luta, não é estranho desejar ver a vitória do patife de quem se gosta, e eu gostava dos italianos [...] mais que dos britânicos ou dos abissínios.” (KNIGHTLEY, 1978, p. 233). E acrescentou depois: “Eu não estava preocupado, então, com problemas éticos ou morais. Eles cresceram com o tempo, a experiência e a reflexão, **à medida que as guerras tomaram uma forma política**, e a natureza caprichosa, má, viciosa, do sofrimento imposto a outros penetrou meu coração.” (KNIGHTLEY, 1978, p. 234, grifo nosso).

Evelyn Waugh e George Orwell, também ex-correspondentes de guerra, expuseram, cada um a seu modo muito particular, duas das chagas do jornalismo e do jornalismo de guerra. Waugh, que igualmente esteve na Etiópia quando da guerra entre Itália e Abissínia pelo *Daily Mail*, zombava abertamente do profundo desconhecimento de repórteres da área internacional, até de editores — ou principalmente de editores — quanto aos eventos que iam cobrir:

Poucos [editores] conseguiam localizar a Abissínia no mapa ou tinham a mais leve noção de sua natureza. Aqueles que leram Nebitt acreditavam que ficava abaixo do nível do mar, com um calor assombroso, numa planície seca, de pedras e sal, escassamente habitada pelos lunáticos nus e homicidas; já os que a viam pelos olhos

de Budge, imaginavam um Tibete africano, uma terra onde palácios invioláveis destacavam-se contra geleiras [...]. O editor de um grande jornal inglês acreditava [...] que os habitantes falavam grego clássico. (KNIGHTLEY, 1978, p. 235)

Waugh, que relatou todas essas deliciosas impressões em *Scoop*, nas palavras do jornalista-personagem-alter ego Corker, conseguiu ser admitido no *Daily Mail* — após ter recebido um não do *Daily Express* — só por ter passado férias em Adis Abeba, capital da Abissínia. *Scoop* foi tomado apenas como literatura, uma literatura até um tanto imaginativa demais para alguns, no começo. Mas só no começo e só por alguns: não foi difícil para os correspondentes de guerra chegar à conclusão de que o romance era integralmente autobiográfico, uma reportagem mesmo, só que com uma fina máscara de ficção que protegia o autor contra possíveis processos judiciais. Orwell, por sua vez, ao se referir à Guerra Civil Espanhola, uma das que mais provocou comoção e despertou o engajamento e a tomada de posição, diz ter havido uma deliberada e sofisticada forma de má-fé no trato com a informação. E ratifica, em *Looking Back on the Spanish War*, que “ainda bastante jovem, notei que nenhum acontecimento é jamais noticiado corretamente pelos jornais, mas na Espanha, pela primeira vez, vi matérias sem qualquer relação com os fatos, nem mesmo o tipo de relação implícita numa mentira comum.” (KNIGHTLEY, 1978, p. 241). Drew Middleton, do *New York Times*, esteve na Espanha e demonstra ter opinião parecida à de Orwell ao dizer que se deve “colher os fatos e escrevê-los, **com a sua interpretação do que significaram para a guerra**, sem permitir que sentimentos pessoais a respeito do conflito entrem na matéria”, o que para ele não é possível, visto que “ninguém pode ser completamente objetivo”. E ao concluir, denuncia um provável jogo de cartas marcadas: “Mas a objetividade é a meta?” (KNIGHTLEY, 1978, p. 243. Grifo nosso). Herbert Matthews é um pioneiro neste campo e defende que um jornalista tem todo o direito, assim como o dever, de ter suas simpatias, desde que as manifeste. Matthews alega que não é possível ao jornalista, que é uma pessoa, portanto — ainda que muitos deles se arvorem em uma mistura de super-herói e intelectual, como o inoxidável Clark Joseph Kent, o Super Homem da editora de histórias em quadrinhos Marvel —, suscetível a paixões, dissociar coração e mente (KNIGHTLEY, 1978, p. 243). O debate segue sem conclusão até o momento e não apenas ao que concerne ao jornalismo de guerra.

2 A terra do fogo — judeus e palestinos no Oriente Médio

A Ásia Ocidental é palco de embates entre os povos judeu e palestino desde os tempos bíblicos, conflitos que foram a pouco e pouco apresentando-se mais sangrentos e chamando a atenção da opinião pública mundial com mais força a partir de 1948, quando da instituição oficial do Estado de Israel. Consoante se quer demonstrar com este trabalho, os meios de comunicação de massa têm papel central em ter tornado as agendas e necessidades dos povos judeu e árabe paulatinamente menos obscuras para o restante do mundo.

A modernidade abrigou grande número de talentos oriundos do Oriente, tanto na seara política quanto militar, o que influenciou de modo irrefutável e avassalador o *establishment* instituído até então, compreendendo inclusive as religiões, entre elas o islã e o judaísmo, culturas que, ainda que tenham inegavelmente adquirido caráter antagônico entre si, estabelecem semelhanças essenciais uma com a outra, semelhanças que geraram as diferenças. Islã e judaísmo são crenças monoteístas surgidas no mesmo cenário físico, disputado com mais afinco desde 1948. Por estarem tão imbricadas, as culturas judaica e palestina têm desde então em comum mais forte a busca por autoafirmação e o desejo de se consolidar identitariamente: judeus lutam contra árabes a fim de legitimar a existência do território e do Estado de Israel. Mas os árabes não se dão por vencidos e pegam em armas para sustentar os argumentos que julgam pertinentes e justos, aquelas se destacando sobre estes. Segundo o historiador e professor Márcio Scalercio, “o Estado de Israel é, desde seu nascedouro, uma nação que entendeu como imprescindível o recurso à ação militar para sobreviver.” (SCALERCIO, 2003, p. 21). Em resposta às ofensivas palestinas, que fizeram — e fazem — vítimas. Este pesquisador defende, com base nos apontamentos do professor Scalercio e em estudos e ensaios que se irão deslindar ao longo deste trabalho, que enquanto Israel é originalmente uma nação militar, o terrorismo, financiado por países como Irã, Cuba, Rússia e Venezuela, sempre foi aplicado e verdadeiramente institucionalizou-se, ainda que de modo oblíquo, como o método de conquistas políticas entre as nações palestinas, o que só atrapalha o processo da possível fundação de um Estado árabe no Oriente Médio. Um grande questionamento que se faz quanto à questão israelo-palestina, talvez o mais relevante, é se ainda é possível dialogar apenas mediante acordos diplomáticos. Mas a pergunta mais importante que deve elaborar um pesquisador que se pretende sério é: a essa altura dos acontecimentos isso é de fato possível? A resposta é não.

Os conflitos entre israelenses e árabes-palestinos no Oriente Médio se devem à posse da Palestina, território que compreende o Estado de Israel, uma estreita extensão de terra entre o deserto de Negev e o litoral, a faixa de Gaza, e uma parte da Cisjordânia, na margem ocidental do rio Jordão, com 6.220 km². Mas não só. São disputas com forte cunho político, com a intenção de tornar clara a hegemonia de um dos dois grupos sobre o outro, liderança que sempre foi de Israel, detentora, como já se expôs brevemente, de exércitos mais bem preparados e numerosos e de maquinaria e armamento mais modernos e eficientes. O Estado de Israel foi fundado para abrigar judeus de todo o mundo que haviam sofrido perseguição de governos de linha nacional-socialista — capitaneados pela Alemanha de Hitler — em todo o mundo e viviam em comunidades de refugiados ou foram forçados a emigrar. Israel foi reconhecido pelos Estados Unidos, o primeiro país a fazê-lo. É também tido como um Estado ocidental, embora no Oriente Médio, e laico, por abrigar não apenas judeus, como ainda cristãos, os próprios muçulmanos, e ateus, como eram alguns de seus primeiros próceres, a exemplo do primeiro primeiro-ministro David Ben Gurion.

Do lado diametralmente oposto, o fundamentalismo islâmico é o maior responsável pelo enfraquecimento do propósito do Estado árabe-palestino. Pensadores do mundo inteiro, como o já mencionado professor Márcio Scalercio, e o jornalista e advogado judeu Alan Dershowitz argumentam que essa é uma linha de ação ultrapassada e que produz resultados pífios e apenas paliativos e momentâneos. A despeito disso, o terrorismo foi tomado como a única forma de manifestação possível por parte de árabes em uma ampla área ocupada por grande quantidade de judeus, que se tornaram ainda mais numerosos na Palestina após a Primeira Guerra Mundial. Tal postura gerou uma nefasta situação exclusiva, pois os árabes, sob a liderança de Hajj Amin al-Husseini, o grande *mufti* (líder dos muçulmanos) de Jerusalém e que pode ser considerado o precursor do movimento terrorista islâmico, se tornaram uma minoria muito incômoda — e malvista — em um território no qual estavam há pelo menos vinte séculos.

A revolta árabe, que alguns autores consideram a primeira intifada, ocorrida entre 1936 e 1939, é boa ilustração para o quão equivocada, inepta e pusilânime é a prática do terrorismo: os árabes se insurgiram contra o colonizador britânico e os judeus, colonizados. Os conflitos foram duramente reprimidos pela Grã-Bretanha, que enviou ao *front* 25 mil soldados e doze aeronaves de guerra, além de contar com a participação de milicianos judeus. Cinco mil palestinos de origem árabe morreram durante os combates e al-Husseini, que nunca fez questão alguma de esconder a simpatia pelo Eixo — comandado pela Alemanha nazista de

Hitler — recebeu asilo do líder tedesco. Mas os judeus também foram penalizados: o governo britânico restringiu o ingresso na Palestina, a fim de acalmar os ânimos de uma vez por todas. O *Livro Branco*, documentação que trata de assuntos correlatos à questão populacional, ordenava que só se permitiria a imigração de mais 50 mil judeus por cinco anos, ou dez mil anualmente. Até 1946, habitavam a Palestina 700 mil judeus.

O terrorismo nesta fase dos conflitos israelo-palestinos não era, contudo, exclusividade de um dos lados da fronteira: surgiu o Irgun (Organização Militar Nacional, também conhecido como Etzel), grupo paramilitar judeu que atacava bases das Forças Armadas e instalações públicas inglesas e combatia os árabes. No ano de 1944, o Irgun, cujo líder, Menachem Begin, se tornaria o número um do governo parlamentarista israelense, em 1977, matou *lord* Moyne, mais importante autoridade britânica na Palestina. Dois anos depois, o hotel King David, em Jerusalém, onde funcionava a sede da administração inglesa, foi explodido pela facção, matando quase cem, entre árabes, ingleses e judeus. No ano seguinte, um artefato disposto por radicais judeus próximo à Porta de Damasco em Jerusalém matou 15 árabes. A resposta árabe foi um atentado que deixou 52 mortos.

3 A guerra à mesa do café — como o jornal *Folha de S. Paulo* cobriu os conflitos armados mais recentes entre israelenses e palestinos no Oriente Médio

Ao longo deste trabalho, pretendeu-se demonstrar a importância do jornalismo bem feito, das pautas apuradas com toda a seriedade e isenção e que o bom jornalismo não pode em tempo algum dispensar o senso crítico. Outra constatação liquidante que se pode formular aqui é que é da natureza da atividade jornalística o emprego de profissionais de searas alheias no que concerne a sua realização plena. O bom jornalismo que menoscaba os postulados acima corre o risco de deixar de ser... bom jornalismo. É, lamentavelmente, cada vez mais comum em boa parte dos veículos de comunicação de massa, o abominável — e velho — *gillette-press*, convertido em sua versão 2.0 no copia-e-cola que infesta as redações hoje, em especial no que tange à cobertura de conflitos armados internacionais. Por outra parte, realizar a atividade jornalística *in loco* em condições tão desfavoráveis quanto às que apresenta uma guerra requer muito empenho dos repórteres e o compromisso de investimento maciço em tecnologia e informática, bem como a garantia de que a empresa irá resguardar e respaldar seus funcionários em situações que fujam à normalidade de um expediente de trabalho dito convencional, o que acontece com frequência, a exemplo de incidentes diplomáticos, cassação de visto e até mesmo sequestro.

O fotojornalista Juca Varela, quando reportou para a *Folha de S. Paulo* o ingresso das tropas norte-americanas no Iraque em 2003, tocou exatamente nesta questão ao tecer comentário sobre a importância de se poder contar com recursos e aparelhos que o punham, a ele e o consorte, o jornalista Sérgio Dávila, conectado com o jornal para o qual trabalhavam, tais como internet banda larga e telefones satélites, mesmo com o corre-corre e a adversidade de ter, de última hora, de sair do hotel em que se hospedava o corpo de imprensa e ir à rua apurar um novo acontecimento.¹ Esse procedimento, vale reforçar, não é mera demonstração de hegemonia econômica de um veículo para com os outros ou para com a opinião pública. É uma garantia a mais quanto ao regresso de seus repórteres e fotógrafos em meio a um ambiente em que as conjunturas não são as mais vantajosas, o que agrega valor à própria empresa, ainda que o profissional que se lança a tal propósito precise valer-se da sorte que teve Peter Arnett, da agência de notícias Associated Press, por exemplo, que passou 13 anos no Vietnã sem sofrer ao menos um arranhão. O mesmo destino feliz não tiveram o jornalista

¹ Entrevista concedida a Giancarlo Galdino, 2003 (citado *ad tempora*)

brasileiro José Hamilton Ribeiro, da revista *Realidade*, que teve a perna esquerda esvaçada ao pisar numa mina, e Dicky Chappelle, repórter e fotógrafa *free-lance* norte-americana, que não resistiu aos ferimentos provocados da mesma maneira, também naquele país. Por meio da tecnologia, o correspondente de guerra não apenas cumpre seu papel de informar, mas igualmente pode manter-se informado acerca do que é-lhe possível e do que não lhe é possível empreender, de para onde deve ou não ir. A guerra e a comunicação precisam obedecer a determinada logística.

Este pesquisador acompanha o noticiário de guerra de maneira mais detida e sistemática há sete anos, desde os supracitados conflitos entre Estados Unidos e Iraque, em 2003. De lá para cá, observa algumas particularidades no que respeita à cobertura de conflitos armados pelo mundo. Este pesquisador também defende que o jornalismo impresso é o lugar por excelência da discussão plural e desapaixorada e do debate que verdadeiramente repercute e, por conseguinte, busca o entendimento mediante a exposição de ideias divergentes entre si. Sem demagogia ou sentimentalismo, é esta a função de um veículo de comunicação de massa e, porque não dizer?, da imprensa como um todo. E não apenas quando se dedica ao jornalismo de guerra.

3.1 A cobertura da *Folha de S.Paulo*

“Israel bombardeia Gaza e mata mais de 225”. Foi com esta manchete que o jornal *Folha de S. Paulo* abriu os trabalhos quanto à cobertura da guerra envolvendo israelenses e palestinos ocorrida entre 27 de dezembro de 2008 e 18 de janeiro de 2009 (estabeleceu-se 18 de janeiro de 2009 como o dia do término da guerra devido ao fato de ser esta a data do completo cessar-fogo das Forças Armadas israelenses em retaliação às investidas palestinas. Entretanto, é forçoso apontar, para efeito didático, que o último texto contendo informações acerca da guerra foi publicado em 22 de janeiro de 2009; este trabalho analisa o material jornalístico produzido pela *Folha* até este dia).

Uma das grandes pragas que se alastram e deitam raízes no jornalismo — especialmente no jornalismo diário —, conforme já se anteviu neste trabalho, é a mistificação, nem sempre reparada ou sequer contida pelo expediente constitucional e tão republicano do direito de resposta. Santo Agostinho, em uma de suas sábias digressões sobre a natureza humana, declarou que a injúria é como um saco de penas lançado ao vento em uma encruzilhada: ganha o mundo e nunca mais volta para onde veio. E como fazer para que uma nação inteira recobre a dignidade e a credibilidade frente à comunidade internacional, em

meio a tantas informações desencontradas, de maneira deliberada ou não? O correspondente de guerra, consoante já se demonstrou em algumas ocasiões neste trabalho, foi responsável pela veiculação de dados que não traduziam exatamente a realidade, para ser bastante sutil, ainda que o saldo, em geral, tenha sido proveitoso. Ao refletir sobre o registro que essas palavras encerram, dois questionamentos certamente vêm à mente de maneira muito direta. O primeiro pode ser enunciado com a ajuda do que consagrou a voz rouca das ruas: é injusto que uma maçã podre infecte todo o cesto. O outro, que de fato interessa, diz respeito a implicações históricas. O que pretende um jornal que estampa em suas páginas, em negrito, a sentença desprovida de contexto: “Israel bombardeia Gaza e mata mais de 225”, informar ou gerar nuvens de lenda grosseira e sensacionalista que em fração de segundo chegam aos quatro cantos de um país, mesmo de um país com dimensões continentais, isso sem mencionar a versão on-line, acessada só por este pesquisador um sem número de vezes?

Além do título, as linhas finas — jargão jornalístico para subtítulo — informavam que 1ª) “Há mulheres e crianças entre os mortos; **israelenses dizem que ação, a maior em quatro décadas, retalia disparos de foguetes pelo Hamas**” 2ª) “Militantos palestinos prometem resistir ‘até a última gota de sangue’”; Exército alerta que operação vai continuar e pode crescer”. E na legenda da foto que ilustra a matéria: “Palestinos observam corpos de vítimas: **ataque retalia disparos de foguete contra o sul de Israel, que ontem deixaram um morto**” (Grifo nosso). Como certamente já concluiu o leitor sagaz, o jornal dava, mesmo sem perceber, substância à mistificação, o que, felizmente, verifica-se que irá acontecer com menos frequência, ao menos nos textos redigidos pelo correspondente da *Folha* no Oriente Médio. Só ao se ater ao que vai escrito logo abaixo, na primeira linha fina, o público consegue enxergar alguma seriedade e imparcialidade no relato. Como se nota, conquanto a matéria tenha seguido à risca os preceitos do bom jornalismo, pondo em prática o famoso “outro lado” — que até virou retranca da *Folha de S. Paulo* quando da exposição de argumentos dicotômicos — deixou a desejar, principalmente, como já se disse, se comparada a outros textos. E o motivo só pode ser um: o fato de ter sido produzida em redação, por não haver correspondentes da *Folha* na Ásia Ocidental até o momento. Esta falha, considerável em se tratando de um dos maiores e mais importantes jornais da América Latina, este pesquisador tem por obrigação de deixar claro, para efeito de exercício da honestidade intelectual, foi reparada com o envio do jornalista Marcelo Ninio ao *front*, que só desembarcou em Jerusalém no terceiro dia da guerra já em pleno curso, 29 de dezembro de 2008.

A matéria a ser publicada pela *Folha* em seguida, cujo título foi “Israel prepara ação terrestre contra Gaza”, a segunda de um total de 225 e a primeira assinada por Marcelo Ninio, segue a linha que já vinha sendo adotada pelo jornal no texto anterior, com a diferença que esboçou-se em outros momentos deste trabalho: o frescor que só se pode obter quando o expediente jornalístico é cumprido no local onde se passa determinado fato, como os episódios no Oriente Médio exigiam, apesar de as fotografias continuarem a ser creditadas a agências de notícias, desta vez a Associated Press, o que se vai configurar praxe até a conclusão da cobertura da guerra. A primeira linha fina informa que Israel continuava o bombardeio com aviões e o número de mortos, quase 300, cerca de 25% maior em relação ao que se tinha no primeiro dia, 225, sem especificar quantos israelenses e quantos palestinos; além de dizer do posicionamento dos tanques e a destruição de túneis subterrâneos, dos quais se vai falar mais pormenorizadamente neste trabalho nas páginas que seguem. A segunda linha fina é mais precisa: “Reservistas [israelenses] são colocados de sobreaviso e governo afirma que ação deve ser longa; objetivo é estabelecer uma nova realidade, diz [a chanceler israelense Tzipi] Livni”. Aqui é interessante fazer algumas considerações acerca do formato do texto da *Folha*, que transmite a notícia de maneira a construir conexão imediata entre os preâmbulos e o corpo do texto propriamente, a fim de despertar no leitor a vontade de seguir ao se ler a reportagem, que esmiúça a pouco e pouco o que se tem a dizer, naturalmente. Informa o primeiro parágrafo: “A aviação israelense bombardeou ontem [28 de dezembro de 2008] a faixa de Gaza pelo segundo dia consecutivo, e o Exército começou a concentrar tanques na fronteira com vistas a uma invasão terrestre, “além de colocar mais de 6.500 reservistas de prontidão”. Na sequência lê-se que a intervenção israelense em Gaza é a maior em quarenta anos e ceifou a vida de 298 pessoas, entre esses muitos civis, que morreram em ataques que visavam militantes da facção terrorista islâmica Hamas. Segue literalmente: **“Israel responde ao disparo quase cotidiano de foguetes do território comandado pelo Hamas, avisa que a operação será longa e que não se contentará com resultados parciais.”** (NINIO, 2008, grifo nosso). Assim, o jornal informa com exatidão o que deveras acontecia, ou seja, “o disparo quase cotidiano de foguetes” pelo Hamas, e aproveita para adiantar aos leitores quais serão os próximos passos do governo israelense na fala da ministra das Relações Exteriores Tzipi Livni: “O objetivo é estabelecer uma nova realidade [desbaratar as bases do Hamas no Oriente Médio]”. Em mais uma oportunidade, tocava-se nos efeitos nocivos produzidos pelos foguetes do Hamas, lançados a esmo, sem qualquer infraestrutura e que mesmo assim atingem diferentes pontos dos 20.770 km² do território israelense e também, ou precisamente por essa razão, matam grande número de civis.

Tzipi Livni, em campanha pelo cargo de primeira-ministra nas eleições de 10 de fevereiro de 2009, dali a um mês e meio, portanto, foi ousada e declarou-se desfavorável à entrada de tropas israelenses em Gaza, medida abandonada desde 2005, o que certamente colaborou com a diminuição de suas chances de chegar ao mais alto posto do poder Executivo em Israel. Todavia, o que se sabe com certeza plena é que o então premiê Ehud Olmert, enredado em escândalos de corrupção que o defenestraram do mais alto cargo da administração pública israelense — Olmert foi o primeiro primeiro-ministro de Israel a deixar o posto em consequência de acusações desta natureza — defendeu a tática de seguir com os ataques, com o intuito de fazer com que se garantisse novamente a ordem no sul do país, no que foi respaldado pelo presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, que responsabilizou o Hamas pelo banho de sangue. Pano rápido: Abbas é o líder do Fatah, movimento sem ideologia religiosa, que foi forçado a se retirar de Gaza pelos fundamentalistas, vitoriosos nas eleições para o Parlamento de 2006. Embora seja indiscutivelmente louvável o posicionamento de Abbas, não se pode, mais uma vez, inferir com convicção se se trata de uma argumentação sincera ou tudo não passava de mera dor-de-cotovelo.

Apesar de todo o empenho e de todo o poderio bélico das Forças do Estado de Israel, constata-se, ao se ler o texto de Ninio, que o Hamas definitivamente não é um adversário desprezível. O correspondente da *Folha* no Oriente Médio destaca que “pelo menos 80 foguetes foram disparados contra Israel nesses dois dias [27 e 28 de dezembro], alguns com alcance superior ao demonstrado até agora”. O que se evidencia no fragmento acima tem seu quê de mistério. Como uma organização completamente marginal, ainda que legitimada pelo voto, consegue armamento tão avassalador? De que forma exatamente a colaboração dos já mencionados Irã, Cuba, Rússia e Venezuela contam a favor da facção? Este pesquisador tem algumas hipóteses que só contam com comprovação empírica e por isso não podem ser merecidamente aceitas no universo acadêmico. Quando reunir o embasamento intelectual necessário, vai voltar ao tema em outro trabalho científico.

Na segunda parte do texto, encabeçada pelo intertítulo “Túneis”, Marcelo Ninio narra a destruição provocada pelo bombardeio por aviões da Força Aérea de Israel, de 40 túneis na fronteira com o Egito. O que eram os túneis? Segundo o governo israelense, escreve Ninio, os túneis não eram outra coisa que não expedientes usados pelos palestinos — leia-se militantes do Hamas — para o tráfico de armas e explosivos e facilitar a fuga dos terroristas.

O primeiro parágrafo informa ainda que também fora aniquilado o mais importante complexo de segurança do Hamas, que incluía um presídio.

Não seria preciso ir até o fim da reportagem para avaliar a natureza da influência do Hamas sobre o povo palestino, que à luz do que leva ao conhecimento público os veículos de comunicação de massa, parece sofrer calado e resignadamente — para não dizer que de pleno acordo — as consequências das estratégias dos fundamentalistas da facção, o que não é verdadeiro, como comprova a própria *Folha*, que nesta peça jornalística não ouviu moradores da faixa de Gaza, mas o faz em textos publicados depois. Os túneis, que não eram permitidos, conquistaram o beneplácito do Hamas e foram alimentando um indesejável círculo vicioso: o bloqueio a Gaza fora intensificado pelo governo de Israel devido à ascensão do Hamas ao poder e hoje as passagens subterrâneas — verdadeiras estradas, por onde circulam até jipes — são “a principal ligação econômica de Gaza com o mundo” nas palavras do correspondente da *Folha*. Pode-se inferir, paradoxalmente e não sem um pouco de ironia, que são os túneis, responsáveis pela comunicação do território com outros países, que fazem Gaza mais isolada dia após dia, não o cerco de Israel.

Ao informar sobre as estratégias do Exército israelense, Ninio lança mão do dado, cuja fonte não foi mencionada com precisão, que a Força já havia conseguido chegar a aproximadamente metade dos equipamentos lançadores de mísseis do Hamas, que segundo o Exército israelense (quem do Exército israelense?) teria ainda um grande conjunto de armas capaz de arremessar até 200 projéteis por dia. Em seguida, vem o que de fato interessa: uma declaração oficial do ministro da Defesa de Israel, Ehud Barak, mantido no posto quando da vitória de Binyamin Netanyahu, que falou a respeito da disposição de “centenas de soldados de infantaria e veículos blindados” ao longo da área que divide Israel da faixa da Gaza, sem novamente afirmar com precisão quantos eram os infantas e os tanques, no caso de ataque por terra, apesar de reportar com clareza acerca dos combatentes da reserva a serem convocados se houvesse uma invasão: 6.700, o que não foi necessário. Barak não fez menção a futuras medidas, segue Ninio, mas fez saber de antemão que o governo israelense tornaria a operação mais abrangente, o que felizmente, também não foi necessário. O ministro da Defesa de Israel disse ainda que a “ofensiva não será fácil e não será breve.” A hegemonia econômico-militar de Israel dispensou os moradores da faixa de Gaza de mais alguma violência.

Evidentemente, ações de força nunca são vistas com bons olhos e os árabes residentes em Israel se confrontaram com a polícia em Umm al-Fahm, no norte. “Centenas de manifestantes” (quantos?) protestaram e reagiram à presença de militares tacando-lhes pedras.

Ninio, só ao final da narrativa, traz ao conhecimento do leitor uma informação de destaque: um quinto da população de Israel é árabe, o que parece por si só algo de monta. No entanto, merece análise aprofundada a alegação de que sofrem discriminação pelo Estado, como foi noticiado no último período do texto. A discriminação é real? Se é, por que ocorre? Este trabalho já norteou alguns caminhos para se responder a essas indagações (ver seção “A terra do fogo — judeus e palestinos no Oriente Médio”). O que se sabe é que árabes, descontentes com o aumento considerável de judeus naquele território no começo do século passado, começaram a organizar movimentos de desagregação e fomento à violência, capitaneados pelo já mencionado líder muçulmano Hajj Amin al-Husseini, tido por um dos precursores do terrorismo de motivação religiosa, como também já foi exposto neste trabalho. Al-Husseini foi muito bem-sucedido, como se testifica ainda hoje.

Em 10 de janeiro de 2009, lia-se no caderno *Mundo da Folha*: “Governo de Israel rejeita cessar-fogo” como a chamada da matéria referente à cobertura dos conflitos. A primeira linha fina trazia declaração do gabinete do Exército israelense (“Exército irá continuar a agir para alcançar o objetivo da operação: trazer uma mudança na situação de segurança”); a segunda informava sobre o anúncio do grupo fundamentalista muçulmano Hamas que desprezava a resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas a respeito do armistício. O Hamas alegou não ter sido consultado.

A reportagem estudada agora aborda questão de extrema relevância na guerra: a participação da Organização das Nações Unidas (ONU) no andamento das negociações quanto ao fim do conflito. Na terceira semana dos confrontos entre israelenses e palestinos, Marcelo Ninio narra seus desdobramentos e consequências: 780 palestinos mortos e o fracasso de Israel quanto a parar os ataques do Hamas contra o país (como se vai detalhar adiante, as mortes são ainda mais numerosas).

A interferência da ONU na guerra foi, além de inepta, atrapalhada. Conforme apreende-se do texto do correspondente da *Folha*, o organismo decidiu-se por esta medida, meter-se sem fazer questão de consultar este ou aquele lado, demonstrando arrogância e amadorismo que beiram o burlesco. A postura fraca das Nações Unidas foi certamente um fator desencadeador de mais instabilidade no Oriente Médio. A prova de que a ação da ONU foi diplomaticamente errada e talvez uma das mais patéticas de sua história é que o cessar-fogo, aprovado por 14 votos a 1, com a abstenção dos Estados Unidos, foi ignorado por Israel e Hamas. O episódio serviu também para afirmar o protagonismo do Egito, governado pelo ditador Hosni Mubarak, na busca por um desfecho para os conflitos, motivo que levou à não

participação norte-americana na sessão. O texto recomendava, além do cessar-fogo, a evacuação dos soldados israelenses de Gaza; condições para um futuro acordo quanto ao fim do comércio ilegal de armamentos (N. do A: no território árabe) e livre circulação de um país para o outro. O documento, à primeira vista, parecia perfeito. Só parecia, e só primeira vista.

Não se pode classificar como outra coisa que não ingenuidade a redação de tal proposta. Não era possível nenhum dos três pedidos. Retirar as tropas israelenses naquele momento seria uma temeridade pelo simples fato de se abrir flancos que não poderiam ser cobertos depois devido à ocupação certa dos militantes do Hamas. O resultado disso seriam mais baixas de soldados israelenses.

O tráfico de armas por meio do, literalmente, submundo de Gaza — dado que se efetua através de túneis — demanda soluções mais simples que as que concernem à guerra propriamente, mas que nem por isso dispensam atenção. Para este pesquisador, o aumento da fiscalização inclusive durante à noite por policiais — e não pelas Forças Armadas — bem treinados e com equipamentos de ponta ao seu dispor, já seria um excelente princípio; e, claro, punição mais rigorosa para os traficantes. Quanto à circulação indiscriminada de cidadãos árabes e judeus da faixa de Gaza para Israel e vice-versa, a medida mostra-se inexecutável frente aos problemas observados, ênfase para os dois mencionados anteriormente. Ninio, citando a agência de notícias Reuters, fala justamente sobre a importância da composição do grupamento militar responsável pela vigilância da fronteira. Segundo a Reuters, foi este o motivo da estagnação das tratativas para o cessar-fogo.

Ainda sobre a recusa em tomar parte na votação do armistício, [o vice-líder do Hamas na Síria] Moussa Abu Marzouk afirmou que os Estados Unidos estavam subrepticamente apoiando Israel. O porta-voz do Hamas em Gaza, Ayman Taha, confirmou o posicionamento deste pesquisador quanto à atuação da ONU no conflito. Taha disse que o grupo não podia aceitar a resolução por não ter sido consultado (no caso do Hamas, que não é reconhecido nem pela própria ONU nem pelos Estados Unidos, isso não seria mesmo possível — e desejável — não passando de pura propaganda rasteira do tipo “se colar, colou”).

A postura da ONU na guerra foi ainda mais vexaminosamente excêntrica. Em retaliação à morte de um motorista de seus quadros em um ataque que Ninio acertadamente define como “suposto” do Exército de Israel, a organização resolveu, como se dissesse “hoje é segunda-feira”, cancelar a distribuição de suprimentos, inclusive água potável, à população de Gaza. O Exército israelense alegou na ocasião que investigaria o caso. No dia 9 de janeiro, contudo, a ONU voltou a dar expediente em Gaza, o que só foi possível graças ao

compromisso de Israel em não interferir nas atividades da entidade e “respeitar” a segurança da equipe das Nações Unidas. O clichê que prega que seria cômico se não fosse trágico é válido aqui.

Em texto ainda de 10 de janeiro de 2009, Marcelo Ninio faz menção aos 21 anos de conflitos entre judeus israelenses e árabes palestinos. Cabe neste ponto fazer um pequeno esclarecimento: este pesquisador havia dito que os enfrentamentos entre israelenses e palestinos começaram em 1948, logo que foi oficialmente criado o Estado de Israel. A informação é verdadeira. A *Folha*, quando diz “21 anos de conflitos”, refere-se ao primeiro levante palestino, conhecido pelo nome de Intifada, em 1987.

Sob a retranscrição “Memória”, lê-se que, de 1987 aos últimos conflitos armados israelo-palestinos, morreram 8.600 pessoas. É forçoso questionar o que vai a seguir: “Como na atual ofensiva israelense contra a faixa de Gaza, a grande maioria dos mortos (81%) no período é de palestinos.” O questionamento que se deve promover aqui é acerca das circunstâncias em que morreram essas pessoas. Quantos, por exemplo, eram militantes do Hamas ou de outras facções fundamentalistas muçulmanas? O texto não diz, ainda que informe que 6.446 palestinos foram mortos por forças de segurança ou civis de Israel no próprio país, Cisjordânia e Gaza. Os dados são do B’Tselem, entidade de defesa de direitos humanos independente israelense. Segue: “Desses, 1.254 eram menores de 18 anos [também não esclarece se há militantes de organizações terroristas entre eles] — o grande número de crianças mortas tem sido também uma das marcas da ofensiva atual”. Conhecer a quantidade de palestinos ditos civis que militam em organizações fundamentalistas islâmicas é primordial para se começar a desvendar o quão arraigada a cultura do terror encontra-se na população árabe no Oriente Médio.

Deve-se novamente interromper o fluxo do texto para perguntar: qual a relação de uma coisa a outra? O leitor há de convir que existe grande diferença entre um jovem de 17 anos, ainda menor de idade, portanto, e uma criança de dez, por exemplo. Assim, o que pretendeu o autor do texto (que não foi assinado por Ninio e sim produzido em Redação) ao afirmar de maneira completamente desamarrada, fora de contexto, que “o grande número de crianças mortas tem sido **também** uma das marcas da ofensiva atual”? Objetivos jornalísticos é que não foram.

Quanto às baixas israelenses, o texto alega que morreram 1.493 — 141 menores de idade (N. do A.: todos em situação legal, visto que não há facções extremistas em Israel, o que o período imediatamente posterior põe em dúvida) —, a maioria em atentados terroristas

(N. do A.: “a maioria em atentados terroristas orquestrados pelo Hamas”, seria o correto). O texto continua, dizendo que desde 2000 perderam a vida 64 estrangeiros, 54 mortos por palestinos e 10 policiais ou militares de Israel. Quinhentas e noventa e quatro pessoas morreram devido a desentendimentos entre o Hamas e o Fatah, que são chamadas de “facções palestinas rivais”, o que não corresponde à verdade. O Fatah não é facção no sentido consagrado pela sociologia política, mas partido. O Hamas, sim, é facção, por fazer uso da força — e das armas — para atingir seus objetivos. A política — que é por natureza o espaço reservado ao homem para a negociação e para o entendimento — por meio da antipolítica é um oxímoro que o define bem.

A matemática não é mesmo o forte do redator do texto. Ao dizer que “o saldo total de mortos no período é de 8.597 — e com as quase 800 vítimas da ofensiva israelense (N. do A.: pressupõe-se que os 800 mortos sejam apenas palestinos), as baixas se aproximam de 10 mil”, são ignoradas 603 pessoas, 603 cadáveres, quase 80% dos 800 mortos até então. Seiscentos e três pessoas que podiam ser civis “de verdade”.

Na tentativa de clarificar e tornar palpáveis tantos números, o texto só confunde mais. Lê-se no último parágrafo que o B’Tselem presume que os 2.227 dos 4.897 palestinos mortos até novembro de 2008 não haviam praticado atos hostis a Israel, contra 2.048 que pegaram em armas. Setecentos e vinte e sete dos 1.062 israelenses mortos no período eram civis. Ou, de maneira intelectualmente honesta: apenas 45% dos palestinos não se insurgiram contra Israel, enquanto 2.048 (54%) combateram ($2.048 + 2.227 = 4.275$. Resultado: a conta não fecha). Sessenta e oito por cento dos israelenses mortos (por palestinos, é subentendido) entre 1987 e 2008 eram civis. Tudo isso para demonstrar, por A + B, a importância de um repórter acompanhar os acontecimentos onde eles ocorrem e refletir — a palavra é mesmo pensar — sobre todo o gênero de informação que lhe chega às mãos.

Ainda no dia 10 de janeiro a *Folha* leva a público mais três textos, nenhum deles assinados pelo correspondente do jornal. O primeiro, também produzido em redação, a exemplo do investigado anteriormente, estampara a seguinte chamada: “Israel matou civis em abrigo, denuncia ONU”. A primeira linha fina: “Forças Armadas negam que tenham deslocado palestinos”; a segunda: “Exército qualifica acusação como inverossímil” e alega que não havia soldados na região, mas Israel entrou na área no último domingo, 4 de janeiro de 2009. (NINIO, 2009).

Antes de começar a propriamente analisar a matéria, cabem algumas considerações. A mais importante: a ONU deveria ter se declarado impedida de emitir

comentários acerca dos conflitos israelo-palestinos quando o teor é o de crítica a respeito do procedimento das Forças Armadas de Israel devido ao episódio já dissecado em que se acusou o Exército israelense de “responsabilidade” na morte de um motorista da organização. Diz o texto que em mais um capítulo na série de desavenças entre ONU e Israel acerca da ofensiva sobre a faixa de Gaza as forças invasoras foram acusadas de terem orientado cerca de cem civis a buscarem refúgio em uma casa que foi bombardeada 24 horas mais tarde, deixando pelo menos 30 mortos. O Exército israelense considerou as denúncias “inverossímeis”. Informa a matéria que a acusação fazia parte de documento divulgado pelo Ocha, o Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários na sigla em inglês, vice-dirigido por Allegra Pacheco, **que integra também a seção palestina da entidade.**

O fato de Pacheco militar em uma organização internacional baseada, contudo, na Palestina já é uma grande falha em isolamento, mas, desafortunadamente, não é a única. Contando apenas com o que relatou a vice-diretora da Ocha, o autor do texto chega a uma testemunha, citada por ela. Trata-se de Ahmed Ibrahim Samouni, 13 anos, que segundo o material publicado pela *Folha* foi ferido na perna e no peito, e narrou a história. De acordo com ele, a família dormia no momento em que os ataques começaram. Todos saíram, ainda sem ferimentos, e viram 15 homens. Samouni também relata que os soldados israelenses chegaram pelo ar e aterrissaram na parte mais alta dos prédios.

Este trabalho mostrou algumas situações em que o correspondente de guerra pode funcionar, involuntária ou deliberadamente, como propagandista deste ou daquele lado, a “defender” uma causa ou outra, o que é, sem hesitação, lamentável. Mas o que ocorre na exposição dos bastidores da guerra narrada pela *Folha* é um escândalo. Uma autoridade investida de prestígio e poderes diplomáticos que se vale desse posto para promover-se, fazer política seja lá com que propósito e, ainda que não se dê conta, incitar o aumento das animosidades de um povo contra o outro é inadmissível. Por que escolher priorizar o testemunho justamente de uma criança é outra indagação se necessita ser feita. Por que não falaram os responsáveis por Samouni? Essas perguntas, cujas respostas jamais virão, certamente não despertariam o interesse de Pacheco. O garoto encerrou sua fala dizendo ter presenciado agressões a seus parentes e vizinhos, forçados a abandonar o lugar no qual moravam e entrar em outra casa, alvejada no dia seguinte. Na nova investida, a mãe de Samouni foi morta.

O Exército israelense, por meio do porta-voz militar Yaacoo Dallal, alegou ser “inverossímil” a denúncia de ataque ao edifício. A Força disse que em 4 de janeiro ainda não

havia militares em Zeitoun, um dos bairros próximos à cidade de Gaza onde as Forças israelenses estavam baseadas antes de seguirem para a capital. O texto informa que a área fica perto da passagem de Karni, usada pelos soldados a fim de entrar em Gaza e interditar as estradas de ligação entre a capital e o sul do território. A matéria, coproduzida por agências de notícia internacionais, teve o bom senso de captar outras faces da história, a exemplo da agência de notícias Associated Press (AP) e grupos israelenses de direitos humanos. Essas organizações, de acordo com o texto, traziam números mais baixos de mortos. Entretanto, todas são unânimes em afirmar que de fato houve o ataque ao prédio um dia após os soldados terem instruído as pessoas a permanecerem onde estavam, por medida de segurança. Novamente há que se questionar. Se o veto ao ingresso de jornalistas estrangeiros em Gaza continuava a valer, como os profissionais da AP sabiam do ataque ao prédio e afirmavam ter acontecido tudo daquela maneira? E por que os moradores da área, mesmo sabendo das instruções do Exército quanto a não entrarem no prédio, o fizeram?

A matéria traz um único intertítulo, “Bombardeio a escola”. Na sequência, lê-se no primeiro parágrafo: “O ataque à escola mantida pela ONU no campo de refugiados de Jabaliya, atingida na última terça-feira por Israel, deixando 43 mortos (no mais letal incidente isolado da ofensiva), voltou ontem a ser invocado”. Mais uma vez, denota-se a vocação do redator para fazer fumaça e produzir mistificação, o contrário do que se propõe a ser o jornalismo.

Nem em Gaza nem em lugar algum do mundo civis estão em segurança quando há uma guerra em curso. E, evidente, enquanto não é restabelecida por completo a paz, civis — também de Israel — perderão a vida. Mais uma vez, o que o presente estudo anseia é demonstrar quem verdadeiramente fomenta a instabilidade e incita o ódio racial entre culturas na Ásia Ocidental, o Hamas. A ONU, por meio de representantes a exemplo de Allegra Pacheco, lamentavelmente, presta-se a tal papel.

O segundo dos três textos complementares publicados pela *Folha* em 10 de janeiro circulou originalmente no jornal norte-americano *Financial Times* e abordou os impactos na economia de Gaza após o início de uma série de conflitos armados no Oriente Médio. Com o título “Infraestrutura está arrasada”, o diário fez uma retrospectiva quanto à situação financeira do território.

O artigo, cuja autoria não foi expressa, começa esclarecendo que as finanças de Gaza já haviam se deteriorado antes mesmo do início da intervenção israelense. Segue textualmente: “Agora, depois de 14 dias de morte e destruição, até mesmo a infraestrutura

mais básica para a atividade do setor privado está arruinada”. No trecho destacado, é recomendável a substituição das palavras “morte e destruição”, mais afeitas ao vocabulário ficcional, por, simplesmente, guerra, que era o que de fato acontecia do ponto de vista histórico-jornalístico.

Sem tomar partido de nenhum dos envolvidos, Israel ou Hamas, o texto presta-se a evidenciar as implicações na economia de maneira pragmática. Em outras palavras, tenta-se lançar luz sobre as dificuldades que o cidadão comum passava em razão da guerra em suas atividades cotidianas, com a introdução a cargo de empresário representante de entidade de classe ligada ao comércio e à atividade econômica.

A matéria conta com números da ONU quanto ao fornecimento de eletricidade vindo de Israel. Segundo as Nações Unidas, cinco das dez linhas de energia elétrica, cuja matriz localiza-se em território israelense, não operavam. O texto não diz quantas linhas seriam necessárias para o completo atendimento da população de Gaza, quantos são os transmissores próprios e qual a potência de cada um. Tudo isso não representa nada se se destaca o principal e mais grave defeito da passagem: qualquer área de país que toma parte em eventos belicosos ou mesmo somente próximas a esses locais sofre com quedas de energia frequentes ou mesmo a total ausência de eletricidade em muitos momentos, isso quando o racionamento não é promovido de modo deliberado pelo próprio governo. A literatura de guerra está repleta de relatos dessa natureza, imagem que a arte cinematográfica, com filmes como *O Resgate do Soldado Ryan*, do diretor norte-americano Steven Spielberg, ajudou a eternizar ao levar às telas a invasão das tropas normandas à Alemanha. Tudo no escuro. Situação como a enfrentada por Gaza quanto ao desabastecimento de energia elétrica certamente também se deu em Israel. O texto diz ainda que houve problemas no que concernia à falta de água potável (N. do A.: resolvidos com a agilidade possível para tempos de guerra) e o esgoto sem tratamento, despejado em lugares não apropriados. Três linhas depois, lê-se que seriam necessários anos (quantos?) para restabelecer a economia ao mesmo nível miserável (com base em que padrões ou estatísticas e de que instituição faz-se tão estarrecedora inferência?) anterior ao atual conflito.

O fim da reportagem desemboca em um ataque tão sutil quanto sem propósito a Israel que, de acordo com o *Financial Times*, “fazia minar a economia de Gaza”. O mais importante vem na sequência. O jornal afirma literalmente que as restrições foram intensificadas graças à presença do Hamas no território. Logo, o culpado pela deterioração econômica de Gaza é o Hamas, e não Israel, que não é obrigado a subsidiar área onde há

interferência tão direta de organização criminosa que sequer o admite e, caso pudesse, o eliminaria (DERSHOWITZ, 2005, p. 30). Ainda que mais de 110 mil pessoas tenham ficado desempregadas, conforme o publicado pelo *FT*, outra vez reproduzindo dados do Banco Mundial.

No último parágrafo, o jornal tenta fazer crer à opinião pública que o responsável pela crise econômica em Gaza é Israel ao reabrir a fronteira e liberar o trânsito marítimo. Israel mais uma vez é tratado de maneira preconceituosa, como se devesse se submeter às demandas do povo palestino sem exigir nada em troca muito provavelmente por ser um país oficialmente judaico — cujo povo amargou horrores e foi dizimado — até conquistar o direito de estabelecer-se no Oriente Médio (ARENDR, 2006). Encerra, finalmente, com mais aspas do comerciante citado no início da matéria, o que torna tudo ainda mais vexaminoso e empobrecedor para as páginas do jornalismo mundial. Grande parte do povo palestino não apoia o Hamas, fato que se constata com a leitura das matérias estudadas nesta pesquisa. A questão a que este pesquisador irá se dedicar em um próximo trabalho, consoante já antecipado nas páginas anteriores, é por que o Hamas não cai. Uma das possíveis razões, além do apoio recebido por alguns governos esquerdistas, de que já se falou neste trabalho, é o aparelhamento ideológico a que estão submetidas redações em todo o mundo, constatação evidenciada no texto do *Financial Times* aqui analisado.

O terceiro dos textos complementares publicados pela *Folha* em 10 de janeiro é o artigo do jornalista Hillel Schenker, do *Palestine-Israel Journal*, baseado em Tel-Aviv, a capital israelense reconhecida pelas Nações Unidas. Schenker principia sua matéria lembrando episódio de algum conhecimento da opinião pública mundial, envolvendo o escritor israelense Nir Baram e o âncora de uma emissora de TV. Baram questionou o uso das Forças Armadas sempre que ocorrem eventos de violência no Oriente Médio. O apresentador retrucou, mencionando a atuação sistematicamente confrontadora da facção fundamentalista islâmica Hamas.

Schenker reconhece logo abaixo que “sob muitos aspectos, o próprio Hamas desencadeou esta guerra, quando, em 19 de dezembro [de 2008], declarou que não renovaria a ‘calma’ e retomou o disparo de foguetes”. Tudo isso com o propósito de alcançar a retomada das relações comerciais com outros países. O jornalista frisa que o restabelecimento das atividades financeiras internacionais de Gaza já estava acordado no tratado de armistício de junho daquele ano, mas não havia sido seguido por Israel e pelos países que integram a ONU. Segundo ele, Israel enviou suas tropas ao território sujeitado pelo Hamas devido ao

“comportamento coercitivo da opinião pública, da mídia e **da direita** (grifo nosso)”, postura adquirida, de acordo com o entendimento simplório acerca da questão, por causa do processo eleitoral, que teria seu desfecho em 10 de fevereiro. Novamente imprimindo julgamento o seu tanto ligeiro sobre o problema, Schenker, parafraseando Baram, diz que as regras da vida no Oriente Médio ditam que não se pode demonstrar fraqueza. É necessário tentar compreender o ponto de vista de Hillel Schenker e o que ele define exatamente por fraqueza. O próprio Schenker dá-nos a resposta no trecho que segue.

Sob o intertítulo “Guerra e eleições”, Schenker começa a segunda parte do texto afirmando que “a campanha militar é liderada pelo trio formado pelo premiê [Ehud] Olmert, que renunciou ao mandato por corrupção; o ministro da Defesa e líder do Partido Trabalhista Ehud Barak; e a ministra das Relações Exteriores, Tzipi Livni”. Consoante suas palavras, Barak, militar de renome na história de Israel, mas que teria tornado o Partido Trabalhista mais inexpressivo, é a figura central do caso. O Partido Trabalhista, continua Schenker, fundou Israel e na melhor fase de sua trajetória teve 51 parlamentares na Knesset, o Congresso Nacional israelense, de 120 cadeiras (N. do A.: ou 42,5%). A agremiação de Barak, conforme a análise de Schenker, conquistaria “apenas” entre 8 e 11 vitórias nas eleições legislativas seguintes (“contra 16 em 2006”). As atuações de Olmert, na visão do comentarista para assuntos árabe-israelenses do *Palestine-Israel Journal* pretendiam, em resumo, acordo com os sírios quanto a definir as fronteiras de 1967. Livni, por sua vez, adotava postura mais incisiva quanto a solapar a ascensão de Binyamin Netanyahu, do Likud, partido de direita.

A compreensão preconceituosa, reducionista e estreita do jornalista não o permite enxergar que ainda que Livni e Barak tivessem semelhanças entre si, eram muito diferentes. Para ele, qualquer coisa era melhor que um “direitista” como Netanyahu, que certamente não se curvaria aos caprichos do Hamas, no poder. Schenker coloca todos esses políticos no mesmo balaio quando alega que a instabilidade que voltava a tomar corpo na Ásia Ocidental era um fator que facilitava a exploração política da tão intrincada questão israelo-palestina. Segundo Schenker, o momento de definição política nos Estados e, por conseguinte, no planeta, devido à compulsória saída de George Walker Bush da Casa Branca e o princípio da administração Barack Hussein Obama, com tudo de simbólico e mí(s)tico que representou sua eleição, igualmente foi uma ocasião para que se tirasse proveito quanto a intervir em Gaza. O jornalista parece fazer um *mea culpa*, entretanto, ao afirmar que Barak, com toda a exposição

que o episódio da nova interferência militar no território submetido ao controle do Hamas lhe trouxe, pode ser “um líder eficaz e responsável”.

Schenker faz notar um posicionamento paradoxal quando diz que Barak angariou prestígio capaz de fazê-lo conseguir quase dobrar a possível participação de cadeiras do Partido Trabalhista na Knesset (16) pela razão de não dar importância à polêmica provocada ao ser tomada a decisão de “invadir” Gaza, batendo, assim, de frente com a ONU. Parece que o povo de Israel, ao contrário das Nações Unidas, julgava necessária a interferência militar no território, em virtude do lançamento de foguetes a esmo por parte do Hamas. Barak fez o que esperava dele a população israelense, daí a origem de sua popularidade. Simples assim. O jornalista não faz menção aos escândalos de gestão fraudulenta do governo Olmert, mas atribui a derrocada de sua carreira pública ao insucesso no Líbano, quando o Hizbollah atacou Israel, em 2006. Quanto a Tzipi Livni, Schenker define sua participação no governo como “apagada”, a exemplo de uma executora de medidas secundárias, e não a “líder da operação”. Segundo ele, Livni poderia crescer perante o eleitorado quando do desfecho dos conflitos; o jornalista encerra esta seção do texto reconhecendo que a aliança entre Kadima, de centro, e Partido Trabalhista e Meretz, de esquerda, apoiada pelos partidos árabes, é bastante factível do ponto de vista eleitoral, podendo tornar-se um bloco hegemônico no Parlamento de Israel, ainda que não tenha definido o que seria exatamente o apoio dos partidos árabes, nem de que partidos árabes. “Se isso acontecer”, escreve Schenker, “será Tzipi Livni e não Netanyahu, quem se tornará premiê”. O exame do jornalista não foi o que se observou nas urnas, como se sabe, talvez precisamente por causa dos pontos postos à luz por este pesquisador quanto ao beneplácito dos partidos árabes, e Binyamin Netanyahu é o primeiro-ministro israelense. E mais: constatou-se a ascensão do ultradireitista Avigdor Lieberman, do Yisrael Beitenu, que ocupa o cargo de ministro das Relações Exteriores. Schenker termina o parágrafo mencionando argumento que certos políticos brasileiros consagraram no ano passado quanto à irrelevância da opinião pública, o que dá a entender que, sob este raciocínio, Netanyahu seria o vitorioso. No seu raciocínio perturbado, Netanyahu só poderia vencer se a guerra contra o Hamas apresentasse saldo negativo para Israel. Ou, nas suas palavras, o aumento das baixas israelenses seria o fator determinante para que Netanyahu fosse catapultado ao poder.

Com o intertítulo “Sucessão de erros”, Hillel Schenker entra, finalmente, no cerne da questão a que se propôs escrutinar. De acordo com ele, um dos “pecados originais” do governo de Israel no conflito foi o posicionamento da administração Ariel Sharon ao não ter negociado a legitimidade da faixa de Gaza e se retirado do território em 2005, o que para ele

foi demonstração de fraqueza de Israel, que, para agravar a situação, não se manifestou favoravelmente à Autoridade Nacional Palestina (ANP), de Mahmoud Abbas. O Hamas, por sua vez, teve combustível retórico para alardear que sua influência fora a responsável pela saída das tropas israelenses, enquanto a ANP, partidária da condução diplomática do assunto, não teve êxito com tal procedimento.

A exposição do caso é paradigmática no que respeita à natureza viciada do debate. Israel é criticado seja qual for sua posição. Neste episódio em particular, o articulista do *Palestine-Israel Journal* revela-se um rematado oportunista ao atribuir a Sharon o insucesso quanto à tentativa de instalar o governo de Israel na faixa de Gaza. Sharon errou, sim, ao abandonar o território, certamente mal assessorado, dando ouvidos ao conselho errado de oferecer uma oportunidade para que o povo palestino decidisse seu destino por si só. Deu no que deu. Mas a opinião de Schenker não era essa, não é mesmo?

A segunda falha do governo israelense foi, de acordo com Schenker, ter cedido aos apelos do governo Bush quanto à realização das eleições palestinas em janeiro de 2006, mesmo tendo sido inicialmente contra, bem como a ANP, em razão do pouco tempo para a realização do processo. Graças a esse fator, o Hamas foi vitorioso. A questão é delicada porque indefinição política em tempos de instabilidade diplomática é sempre temerário, como ensina a História quando dos acordos para tentar conter o avanço da Alemanha nazista de Hitler na Segunda Guerra Mundial, por exemplo. Além de ser algo pueril atribuir a responsabilidade de eventos cujos desdobramentos datam de décadas a um governo específico. Este pesquisador defende também que o Fatah deveria ter se mobilizado de maneira mais eficaz e se posicionado mais firmemente. Por outro lado, não se pode dizer com precisão o que teria acontecido se as eleições fossem postergadas mais tempo.

O terceiro pecado original israelense foi, segundo o articulista, a decisão de não manter relações diplomáticas com o governo do Hamas desde sua subida ao poder. Segue Schenker, literalmente: “E o pecado final foi o fato de o Hamas ter dado um golpe de Estado contra a ANP e jogado com Israel um jogo de falcões e pombas com os mísseis Qassam”.

A explicação dos últimos dois “pecados originais”, sendo o derradeiro não de Israel, mas do Hamas, merece análise mais categórica. Ao longo deste trabalho, vêm-se elencando uma porção de razões quanto à justificativa do governo de Israel em suas hostilidades em relação ao Hamas. A principal é: o Hamas não admite a existência do Estado de Israel e seus próceres incitam o ódio ao país, aos israelenses e ao povo judeu. O Hamas foi, sim, eleito mediante instrumentos democráticos, mas nem por isso pode valer-se desse

argumento para solapar a própria democracia, as instituições ainda incipientes do território de Gaza ou tentar promover a desestabilização de um Estado vizinho. O relacionamento político-diplomático de Israel e Hamas é, como admite Schenker, fadado ao insucesso, em grande parte graças a medidas tomadas sem um maior cálculo quanto às consequências pelo Hamas, a exemplo do citado golpe da facção contra a ANP em 2005. O articulista igualmente menciona o lançamento de foguetes artesanais, cujo poder de fogo é considerável, ao contrário do que se leu à época em textos de colunistas como Eliane Cantanhêde, do jornal analisado pelo presente estudo, e de articulistas de ocasião, a exemplo do professor da USP (Universidade de São Paulo) Vladimir Safatle, publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, e com um agravante: perdem altitude rapidamente e não são guiados por qualquer espécie de equipamento, o que ocasiona, não raro, a morte de civis. Essas são as pombas que o Hamas projetava nos céus do Oriente Médio, conforme as palavras de Hillel Schenker.

Schenker, no último fragmento de sua exposição, iniciado com o intertítulo “Declaração”, aponta o fato de nem todos os israelenses serem a favor da intervenção via Forças Armadas, o que este trabalho irá mostrar que mudou radicalmente com o decorrer do conflito. O articulista cita manifestação, organizada por meio de correio eletrônico e divulgação boca-a-boca, em Tel-Aviv, com o intuito de tornar pública a desaprovação dessas pessoas em relação à guerra. Os manifestantes, de acordo com Schenker, defendiam o cessar-fogo imediato e o reinício das tentativas de acordo. Em uma população de 6,6 milhões de habitantes, o evento reuniu mil pessoas aproximadamente.

Organizações não governamentais (ONGs) israelenses, abarcadas sob a PeaceNGO, com mais de 70 entidades de direitos humanos e que militam pela paz entre os povos israelense e palestino, estabeleceram documento em que listavam proposições tão óbvias quão implausíveis como o já citado cessar-fogo imediato, independentemente de como iria reagir o Hamas (iniciativa com base em artigo do escritor israelense David Grossman, que perdeu um filho na guerra do Líbano em 2006) e a renegociação do armistício por meio da Iniciativa Árabe de Paz, para eles “a única alternativa viável”.

Hillel Schenker conclui seu texto com a ideia de que crises podem ser úteis para remover os cidadãos da inatividade diante de cenário desfavorável — como é, sem dúvida, uma guerra —, o que pode promover importantes transformações. Só não diz que não é com manifestações organizadas no calor dos acontecimentos por 0,016% da população de um país que as mudanças acontecem. Não em um Estado democrático e de direito, como é o de Israel.

Em 18 de janeiro de 2009, a *Folha* publica reportagem intitulada “Sintonia popular dá a Israel ‘carta branca’”. Na primeira linha fina, lê-se que “vozes dissonantes são poucas mesmo entre artistas e intelectuais, **tradicionalmente contrários a ofensivas em territórios palestinos** (NINIO, grifo nosso, 2009)”; na segunda, o leitor fica sabendo que “com forte apoio público e eleições próximas”, a opinião da comunidade internacional não é mais prioridade para o governo israelense e, na visão oficial, é “injusta”, provavelmente graças à parcialidade com que a questão sempre foi tratada a favor dos líderes palestinos. Diz o primeiro parágrafo: “Poucas vezes houve em Israel apoio tão maciço a uma operação militar. Mais impressionante até que as pesquisas de opinião e os índices de aprovação acima de 90% é sintonia entre população e governo”.

No princípio de seu texto, Ninio expõe o real quadro em Israel, tomando por base dados de levantamento que apontam concordância quase unânime entre cidadãos israelenses quanto às medidas tomadas pelo governo para conter os ataques indiscriminados de terroristas do Hamas contra Israel. Ainda que não tenha mencionado o instituto que promoveu o estudo, o jornalista lança luz acerca de situação que há muito precisava ser tema de abordagem de um veículo de comunicação de massa.

Sempre se soube no meio acadêmico e em setores da imprensa mais qualificada que essa era a realidade, maquiada em um ou noutro momento conforme as tensões no Oriente Médio se acirravam ou arrefeciam, para um ou outro lado, nas inúmeras disputas políticas e conflitos armados que lá acontecem desde a instituição do Estado judeu. Finalmente, voz em um grande jornal levanta-se, mediante texto informativo de caráter factual — que seria, portanto, de maior aceitação que um de natureza opinativa — para dizer que os intentos quanto a apresentar Israel como vilão não podem gozar de consistência intelectual e moral ou mesmo credibilidade entre os próprios profissionais de imprensa e formadores de opinião, de redações ou programas humorísticos. (DERSHOWITZ, 2004, p. 262).

Dando continuidade a seu relato, Ninio, em Sderot, opta por expor a opinião de uma estudante de cinema israelense de 25 anos, Efrat, cujo sobrenome não foi publicado, talvez para preservar sua integridade física. Efrat alerta quanto à mortandade de crianças no território palestino de Gaza, responsabilidade, segundo ela, do Hamas, que se valeria de civis para poupar seus membros. Destaca ainda que Israel fora prudente quanto a retaliações aos ataques diários do Hamas e que suportou tais circunstâncias por oito anos. A estudante conclui manifestando o sentimento que o povo israelense na verdade sempre nutriu: afirmar

sua soberania e tomar providências. “País nenhum do mundo toleraria essa situação”, diz, por fim, o que é absolutamente verdadeiro, ao menos no que se refere a um Estado que honra seu povo.

Ninio estabelece a comparação de que as falas de Efrat poderiam ser com tranquilidade atribuídas à chanceler israelense Tzipi Livni, que nas três últimas semanas, quando da veiculação da matéria, havia endurecido o discurso no que respeitava ao combate às milícias terroristas. (Este pesquisador tende à discordância neste ponto. Livni não foi assim tão veemente em suas posições e adotou postura diversa da que vinha seguindo até os acontecimentos acima mencionados, o que muito provavelmente a fez amargar a derrota para Binyamin Netanyahu um mês depois). Ingressando na questão nevrálgica sobre o debate sugerido na primeira linha fina do texto, a aprovação às atitudes tomadas por Israel, a reportagem dissecou o que acontecia nos círculos universitários: Efrat vive uma situação esquizofrênica ao se reconhecer minoria apenas na faculdade que frequenta. Uma instituição na qual há muitos estudantes e professores de “uma esquerda pacifista que tem cada vez mais voz”. Depreende-se desta ilação dois ramos de raciocínio. O primeiro e mais lógico é que a direita não é pacifista. O segundo é que se há uma esquerda pacifista, há uma esquerda não pacifista. Assim, cabem as perguntas a seguir: o que é “esquerda pacifista” e o que é “esquerda não pacifista”? Como procedem? E o mais importante: o que é ser pacifista para essa gente?

A morte de civis é novamente mencionada e vai ser esmiuçada com mais fôlego a partir deste ponto do texto, que toca no argumento do emprego de civis na guerra e do crescimento do número de baixas de cidadãos não militares no conflito, estado que faz recrudescer a sensação de que Israel não é julgado corretamente pela opinião pública mundial. O país conquista mais e mais o apoio de sua própria população e assim age o governo, demonstrando seu apreço pelo regime democrático e, paulatinamente, a falta de apoio internacional não recebe mais tanta importância. Contudo, o tema de maior alcance do Hamas e da impossibilidade de ser neutralizado a curto prazo é mais valorizada. A opinião da comunidade internacional não recebe mais tanto crédito, merecidamente, por parte do povo israelense por sua própria culpa, como sintetiza o questionamento do escritor e historiador Gadi Taub, da Universidade de Jerusalém, que vale a pena ser reproduzido na íntegra: “Onde estava a opinião pública mundial nos oito anos em que caíram foguetes nas cidades do sul de Israel?” Ele também evoca o pensamento da estudante Efrat, ao desafiar outro país — no caso, o Brasil — a tomar posição diversa: “Se São Paulo fosse atacada durante tanto tempo,

duvido que o governo brasileiro ficaria de braços cruzados”. Tanto não ficaria como não ficou: quando do ataque de integrantes da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC), em 2006, o governo estadual agiu com rigor e não sossegou enquanto seus líderes não estivessem devidamente controlados e a cidade novamente apaziguada.

Efrat é mais vez lembrada quando Ninio volta a abordar os oito anos de ataques com foguetes lançados da faixa de Gaza sobre os habitantes da região meridional de Israel, não por coincidência o período em que a esquerda inquestionavelmente perdeu força, muito dessa decadência devida ao líder palestino da Organização para Libertação da Palestina (OLP) Yasser Arafat, que em meados da década de 1990 chegou a assinar acordos com Israel que sinalizavam para o desfecho das hostilidades. Menos de dez anos depois, já não havia possibilidade das tratativas prosperarem, o que a população israelense — e a direita — percebeu como uma ação deliberada quanto a perpetuar a guerra, impressão exacerbada com a ascensão do Hamas ao poder em 2006.

O Hamas nunca fez questão de esconder sua defesa da extinção do Estado de Israel e isso também foi matéria-prima para a crítica dos políticos de direita, que não perderam a oportunidade de fustigar seus colegas esquerdistas no que concerne à posição que tomariam dali por diante. A questão que se coloca é: por que o povo palestino elegeu o Hamas? Os partidos de esquerda, como o Meretz e o Trabalhista, deram-lhe alguma espécie de respaldo?

Quanto à musculatura adquirida pela aceitação — e aprovação — amplamente verificada em Israel no respeitava à nova guerra, Taub não a credita à preferência do eleitorado pela direita, mas também não vê como caminho para a paz e a oficialização de dois Estados, um para os judeus, Israel, e outro para os árabes. Taub avalia como “necessária” a guerra em Gaza para que Israel saia da Cisjordânia. Diz ele: “É justamente o contrário [a desistência do projeto de dois Estados ser fundamental para a paz]. A guerra em Gaza é necessária para que Israel possa se retirar da Cisjordânia.” E continua: “Se os extremistas se fortalecerem e começarem a lançar foguetes contra Tel-Aviv, aí, sim, o projeto de dois Estados estará morto.” Ninio faz o registro de que Taub define-se como de esquerda, mas o que mais chama atenção é o enviado da *Folha* não ter tornado mais explícitas as demasiado sutis declarações do intelectual israelense. O que Taub quis dizer, em suma, foi isto: “O Hamas não pode avançar em seus propósitos pseudo-humanistas. O Hamas é uma fraude”.

O correspondente da *Folha* faz exposição de fato interessante quanto ao posicionamento da esquerda no conflito, “vozes raras e solitárias”, segundo ele, a exemplo do

colunista Gideon Levy, do jornal centro-esquerdista *Haaretz*, tradicional em Israel. De acordo com Ninio, Levy foi alçado ao papel de “símbolo” da oposição quanto a concordar com a guerra, pensamento que não encontra eco nem mesmo na própria esquerda, como evidenciaram os artigos contrários de autores a exemplo do escritor A.B. Yehoshua, que enviou aos jornais israelenses carta aberta em que reprovava Levy por demonstrar simpatia pelo Hamas, que promove “luta amarga e sem sentido para destruir Israel.” O que leva um homem influente e de luzes como Levy a fazer vistas grossas à forma de atuar do Hamas é também algo de grande interesse para este pesquisador. Talvez o fato de escrever em um dos mais respeitados veículos de comunicação de massa israelense deva-se à já mencionada nefasta política de dar voz aos mais diversos gêneros de pensamento em um produto jornalístico.

Ninio encerra sua matéria outra vez com o depoimento de um cidadão israelense, que novamente não é identificado pelo sobrenome. Avi, eletricista de 40 anos, confia que quando criança brincava nas colinas de Sderot, o lugar em que se instalaram jornalistas de todo o mundo, devido ao veto à entrada de estrangeiros em Gaza. O homem estava com os três filhos pequenos e volta a aludir aos ataques com foguetes por parte do Hamas. A Avi cabe a derradeira frase do texto, que se presta a rememorar a vida que se pode ter em um país cujo governo faz justiça à confiança de que lhe incumbe o povo para tratar de seus interesses: “Quero que meus filhos possam voltar a brincar aqui, sem medo de foguetes”.

No segundo texto publicado pela *Folha* em 18 de janeiro de 2009, da jornalista Isabel Kershner, do *New York Times* em Jerusalém, lê-se a manchete: “Ação em Gaza solapa Executivo palestino”. Na linha fina: “ANP sai enfraquecida e desmoralizada”. A matéria, assinada por correspondente de jornal célebre em acompanhar *in loco* conflitos mundiais de grande relevância, aborda a questão israelo-palestina sob o prisma dos desdobramentos da guerra para a ANP. E é exatamente sobre esse tema que Kershner disserta no primeiro parágrafo de seu texto. A jornalista diz que Israel tem expectativas quanto ao arrefecimento das atividades do Hamas, dando início a uma sobreposição do pensamento laico na região, o que, por conseguinte, seria favorável à ANP. “Mas a cada dia que passa”, prossegue, “a ANP, seu presidente Mahmoud Abbas, e o principal partido do governo, o Fatah, parecem mais marginalizados e pressionados”, até em áreas da Cisjordânia controladas pelo movimento.

Aqui, cabe fazer algumas considerações. Estudando-se com mais cuidado o teor do que escreve Kershner, o que se tem é isto: Israel é o responsável pelo declínio da ANP em Gaza e, conseqüentemente, do desprestígio à democracia, quando o que sempre existiu — e a

História o documentou à farta — é o contrário. O Estado de Israel todo o tempo manifestou-se a favor da negociação de paz com os palestinos. Quem sempre demonstrou aversão a Israel é que sempre foi sumariamente visto com desconfiança, quando não ignorado, quanto a seus próprios pacifistas, inclusive mais proximamente em 2000/1, em Camp David e Taba (DERSHOWITZ, 2004, p. 143). Portanto tentar culpar Israel por isso mediante ilações que mal escondem o ódio antissemita parece a este pesquisador uma impostura ideológica, inimiga do debate franco e libertador, que não merece confiança, portanto. A decadência da ANP, e Kershner sabe-o muito bem, é devida a certos segmentos da população palestina e da imprensa, que deixam-se patrulhar pela ventilação de idéias politicamente corretas — mas só politicamente — e não tem a coragem de chamar as coisas por seus verdadeiros nomes. O problema na Ásia Ocidental no que tange à Palestina é um, e apenas um: o fundamentalismo, e, para ser mais preciso, o fundamentalismo de caráter islâmico, já que, ao contrário do que sustentam analistas como a jornalista Guila Flint, brasileira radicada em Tel-Aviv, o fundamentalismo, corrente de pensamento que compreende indivíduos que pregam que sua crença é a única aceitável e correta aos olhos divinos, não é nada mais que lenda quando se refere à doutrina judaica e ao comportamento de seus líderes e sacerdotes. Este pesquisador certamente não se esqueceu do atentado ao primeiro-ministro israelense Yitzhak Rabin, morto por um radical judeu, e por isso mesmo faz tal afirmação. Além de ter sido ocorrência isolada, há 15 anos, o assassino, Yigal Amir, que não pertencia a qualquer organismo político, foi punido exemplarmente.

No quarto parágrafo, tem-se a informação acerca dos bombardeios em Gaza serem um fator a promover o recrudescimento da simpatia ao Hamas, enquanto a ANP perde apoio, de acordo com Kershner, por ser “corrupta e distante” da população, ainda que não diga quem são os palestinos que pensam dessa forma e não recolha deles algum depoimento, já que quem se manifesta é o **analista** (KERSHNER, grifo nosso) Gassan Khetib, que vive em Ramallah, Cisjordânia. Khetib, apesar de estar certo, só faz afirmar o que Kershner já havia explicitado na linha fina de sua matéria: a ANP, de fato, sai desmoralizada e enfraquecida.

Na parte mais escandalosa, lê-se que Israel propõe, “**com o apoio tácito** do Egito e dos Estados Unidos, dar à ANP posição central em um ambicioso programa para a reconstrução de Gaza”, em que seria a responsável por gerir as forças de reconstrução e pela segurança nas fronteiras. “Mas o plano é recebido com ceticismo.” Este pesquisador entende por escandaloso, aviltante mesmo, o fragmento acima dissecado por duas razões: 1) não se pode tentar equiparar Egito e Estados Unidos, como se fossem farinha do mesmo saco, porque

não são: o Egito é uma ditadura inveterada; os Estados Unidos sempre foram um modelo de democracia; 2) o que seria o intelectualmente honesto a fazer, já que se pretende sustentar tal ponto de vista, é dizer com todas as letras o que vem a ser precisamente apoio tácito. Conforme o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, o vocábulo em questão significa, na sua terceira acepção, “oculto, secreto”. Certamente era esse o sentido que a jornalista queria dar à palavra quando a escolheu. Portanto, convém inquirir: a) O apoio pode ser classificado como oculto por quê?; b) O apoio pode ser classificado como oculto por que, se ela conhece seus meandros?; c) Qual seria o interesse desses países com tal procedimento? A ironia da coisa toda é constatar que, ao cabo, Kershner se trai e apresenta argumento que só põe por terra tudo o que narrou até então ao dizer que o “plano é recebido com ceticismo”.

A jornalista conclui a matéria lembrando que o presidente da ANP, Mahmoud Abbas, não vai à Gaza desde 2007, quando a entidade foi forçada a deixar o território justamente pelo Hamas, que dominara a região “**depois de uma curta e cruel guerra.**” O último período atenta para a possibilidade de o fim dos conflitos tornar factível a retomada do território pela ANP.

O texto de Isabel Kershner, como se nota, vai para lá e vem para cá ao sabor das conveniências e sem fornecer subsídio jornalístico de qualidade, tomando por base a muito propalada — e tão pouco crível — neutralidade. Se a jornalista tivesse se dado ao trabalho de consultar documentos como os que detalham os bastidores das negociações dos tratados de Camp David e Taba, em 2000/1, citados neste trabalho, ou os que fazem registro da OLP (Organização para Libertação da Palestina), em 1964, teria, certamente, incorrido em muito menos equívocos e o mais importante, teria evitado induzir ao erro analítico seus leitores. É este o papel que deve desempenhar o profissional de imprensa; é este o gabarito necessário a um jornalista empregado por um dos mais prestigiosos jornais diários do mundo. Não se pode admitir que alguém com tantas condições para formar opinião em meio à população tão culta e de poder aquisitivo de tanta expressão aja, no exercício de sua profissão, de maneira tão pouco comprometida com a seriedade e com a veracidade, deliberada — o que é grave — ou involuntariamente — o que é ainda mais grave. O jornalista não pode deixar-se prestar ao papel de leva-e-traz de ninguém, muito menos de delinquentes, sob a pena de ser logo desmascarado e assistir à desqualificação de seus argumentos, um por um. Desde Gutenberg, desde o século XV, acontecem mistificações — sempre elas! — na imprensa. E desde então são detectadas. O acirramento dos conflitos entre israelenses e palestinos no Oriente Médio se

dá há pouco mais de 60 anos. O povo — e o leitor — não são nem nunca foram tolos. Tolos são os que se atrevem a pensar desse modo.

O terceiro texto a cobrir os conflitos armados no Oriente Médio veiculado no dia 18 de janeiro de 2009, “Israel ataca escola da ONU antes de votar cessar-fogo”, tem por primeira linha fina “Duas crianças morreram e 14 pessoas ficaram feridas em local que abrigava 1.600 civis.” A segunda informa que aquele é “o 3º bombardeio a prédios das Nações Unidas desde o início da ofensiva em Gaza.” E segue afirmando que a ONU solicita que se apure um “possível crime de guerra”. A matéria foi produzida em redação.

O leitor já conhece a opinião deste pesquisador quanto a textos produzidos “em laboratório”, sem contato com a realidade que se deseja retratar. Com este não se dá de outro modo, a começar das informações preliminares contidas na estrutura de apresentação do material jornalístico em questão (chamada e linhas finas). O primeiro parágrafo diz que “um bombardeio israelense atingiu ontem uma escola administrada pela ONU, matando dois irmãos palestinos e ferindo outras 14 pessoas, incluindo a mãe dos meninos, de 5 e 7 anos. A escola servia como abrigo de 1.600 civis”. O ataque foi “nas primeiras horas da manhã, em Beit Lahiya, cidade ao norte da faixa de Gaza.”

A chamada, as linhas finas e o primeiro parágrafo, da forma como são dispostos, para este pesquisador prestam-se à função de condenar previamente Israel, cujas medidas para a contenção das atividades do Hamas são apoiadas pela população, como já se demonstrou neste trabalho. A opinião da dita comunidade internacional pouco conta, felizmente, para o governo israelense, que conhece suas demandas e sabe que ações deve empreender a fim de saná-las. E essa é a razão da insistência em publicar textos como o em análise: dar uma importância à ONU — cuja legitimidade para reivindicar (e fazê-lo por seus próprios meios) não tem mais — em nome novamente da farsa da neutralidade. A UNRWA (organismo das Nações Unidas responsável por assistir refugiados na Palestina) manifestou-se na figura do diretor John Ging, que levantou a hipótese de que **a morte de civis inocentes em Gaza** seria crime de guerra (VER ANEXO E).

Ging, em tal assertiva, diz é o seguinte: “Israel mata civis inocentes como política de Estado”. O argumento é vergonhosamente falso. E a mentira tem um método e um propósito. O método: massificar os ataques a Israel, sem identificar e punir suspeitos. O propósito: desqualificar Israel perante a comunidade internacional e justificar o Hamas, o que é inaceitável para um estudioso do tema que se pretenda digno de respeito. Posicionamentos como o de Ging e o do secretário-geral da ONU, o sul-coreano Ban Ki-moon — que condena

“nos termos mais fortes esse ataque inadmissível”, assim, de maneira sumária e algo impetuosa, sem saber com profundidade o que passa a população palestina devido às truculências do Hamas — é dar munição ideológica e material para que a facção siga produzindo seus lucrativos cadáveres, o que só torna o processo de paz cada vez mais distante (DERSHOWITZ, 2004, p. 238).

O texto menciona ainda a declaração de “funcionários da ONU”, sem citar nomes ou, ao menos, que cargos ocupam — o que só mistifica tudo —, que disseram que os mortos teriam sido seis. A aura de mistério não para por aí: segundo “fontes médicas”, “a mãe do menino [um dos personagens retratados na matéria] teve as pernas arrancadas com a explosão e está em estado grave.” Fontes médicas sérias não teriam pudor em se identificar. Se fossem mesmo confiáveis, teriam feito questão de deixar bastante claro que é isso o que pode acontecer a alguém que sofre tal impacto de artefato explosivo. Como o próprio autor — cujo nome não consta dos créditos — explicita, não aconteceu o pior, felizmente: a mulher sobrevivera, mesmo que corresse risco de morte considerável.

A posição do governo de Israel no episódio foi protocolar — disse que investigaria o caso e negou que se tenha cometido crimes de guerra —, mas por tudo o que foi divulgado, adquiriu respeitabilidade. Yigal Palmor, porta-voz da Chancelaria israelense, tem posição igual à deste pesquisador ao afirmar que “essas alegações de crime de guerra não estão embasadas em qualquer tipo de prova.” Assim mesmo, Israel foi levado à Corte internacional, o Conselho de Direitos Humanos da ONU, e condenado (VER ANEXO E). Indecência amplificada ao se observar a declaração do porta-voz da UNRWA, Christopher Gunness, o mesmo que desempenhou papel imprescindível quanto a esclarecer as circunstâncias não intencionais em que se deu o lançamento de morteiros contra escola da ONU em campo de refugiados de Jabaliya em 6 de janeiro, conforme se lê no material jornalístico publicado pela *Folha* em 10 de janeiro de 2009, já exposto e submetido à análise neste trabalho (“Israel matou civis em abrigo, denuncia ONU”; intertítulo “Bombardeio a escola”, *Folha de S.Paulo*, 10 de janeiro de 2009). Gunness, adotando agora postura por completo oposta à encampada anteriormente, quando do ataque de 6 de janeiro em Jabaliya, desta feita alinha-se ao chefe e deixa claro, com todas as letras, que este era um jogo de cartas marcadas, que Israel já estava mesmo sentenciado. A estratégia de Gunness foi rasteira, mas eficiente: números e enumerações, com alguma sutileza, para tentar encobrir o que defendera antes. Sua fala na íntegra foi: “Quando você atinge uma escola da UNRWA onde cerca de 1.600 pessoas se refugiaram, **cujas coordenadas são conhecidas pelo Exército israelense,**

quando este é o último item em uma série de ataques diretos e indiretos a instalações da UNRWA, é preciso ter investigações para estabelecer se crimes de guerra foram cometidos.”

O Exército israelense agiu de maneira transparente e acabou logo com tanta especulação. Segundo a Força, foram atingidos 50 alvos em 17 de janeiro de 2009, dia do ataque à escola, que poderia, sim, ter sido alvejada, portanto, mas não de maneira intencional, que fique claro. O jornal israelense *Haaretz* alegara que cinco soldados de Israel haviam se ferido com gravidade por morteiros, reproduzindo fontes militares não identificadas, mas precisas em seus apontamentos. O texto da *Folha* diz que foram mortas nove pessoas — palestinos — em ataques em diferentes localidades no dia 17 de janeiro. Segue informando, pela primeira vez, acerca da reação palestina: 14 foguetes foram disparados contra Israel. Por serem muito precários, não fizeram vítimas.

Lê-se ainda que as instalações das Nações Unidas em Gaza já haviam sido atacadas duas vezes desde o começo dos novos conflitos, mais uma vez sem contextualização alguma, como se o autor estivesse mesmo determinado em contribuir com a condenação de Israel. Continua, dizendo que no dia 15 de janeiro a sede da UNRWA fora atacada, o que ocasionou a inutilização de “toneladas” de alimento. Retrocede para 6 de janeiro, quando outra escola foi alvo de ataques das tropas israelenses, o que provocou a morte de 43 pessoas, o maior número de mortos em uma mesma operação.

O último parágrafo só faz reforçar tudo o que o texto fez desde o princípio: desinformar. Diz que “desde que começou a ofensiva, 1.205 palestinos morreram, cerca de metade civis e ‘pelo menos’ 410 crianças”, e mais de 5.000 se feriram. Entre os israelenses, 13 mortos, entre os quais três civis, atingidos por foguetes do Hamas. Os outros dez eram militares.

A imprecisão é irresponsável. O jornal deveria ter se privado de fazer registros tão vagos e mais uma vez errou ao não questionar quantos dos civis teriam alguma ligação com o Hamas. Terroristas não podem ser admitidos como cidadãos comuns. A afirmação de que somente três israelenses morreram poderia ser interpretada de duas formas: 1ª) o arsenal bélico do Hamas é pífio e tem poder de fogo muito reduzido, em especial se comparado com o de Israel; e 2ª) Israel mais uma vez não poupou esforços em desbaratar o terrorismo islâmico, dada a força com que repreendeu tais ações. Ambas corretas. Contudo o que se tornou verdade foi a demonização de Israel ao perseguir palestinos de maneira consciente — como as falas dos representantes da UNRWA deixam claro —, mediante o ataque — proposital, de acordo com as ilações deles — de uma escola da ONU em Gaza.

No que se convencionou chamar neste trabalho por textos de apoio, foi publicado mais um, “Egito prepara cúpula sobre faixa de Gaza”, em 18 de janeiro. A matéria tem cerca de 700 caracteres e também foi produzida em redação.

O texto informa que o governo ditatorial egípcio, “principal mediador entre israelenses e palestinos” quanto às negociações de um armistício, convidou líderes de países da União Europeia (UE) para reunião naquele mesmo dia na cidade egípcia de Sharm el-Sheik para “discutir a situação humanitária no território.” Antes de prosseguirmos, uma pausa para contextualizações importantes.

O Egito, governado por um ditador, falar em “situação humanitária” parece uma piada grotesca. O Egito pouco se importa com a situação de seu próprio povo, tanto menos com as condições em que vivem os palestinos em Gaza, administrada, como este trabalho evidenciou tantas vezes, pela facção dissidente Hamas, que conta com apoio egípcio. O mais desanimador é constatar que a ANP, por meio de seu presidente Mahmoud Abbas e a ONU, representada pelo secretário-geral Ban Ki-moon, aceitaram coonestar tal farsa.

O caráter inacreditavelmente único do Egito no episódio não para por aí. No segundo parágrafo, lê-se que Hosni Mubarak apelou a Israel que interrompesse a atuação militar em Gaza e elaborasse um plano de cessar-fogo sem trégua. O cessar-fogo foi proposto, como se vai ver no próximo texto a ser estudado, mas o Hamas não o quis. Deixando bastante claro de que lado estava, Cairo declarou-se contrário à assinatura do acordo que decretaria o fim do rearmamento do Hamas, mediante a vigilância das fronteiras. O que pode ter fornecido o embasamento teórico para que o grupo terrorista islâmico tenha se comportado de modo tão atrevido e declinado do acordo de paz com Israel. Muito provavelmente respaldado e subsidiado, entre outros, pelo Egito.

O último texto de 18 de janeiro é assinado pelo enviado especial da *Folha*, desta feita em Tel-Aviv, Marcelo Ninio. Sob a manchete “Israel declara trégua em Gaza; Hamas rejeita” e com as linhas finas a tratar do caráter unilateral do acordo; da permanência indeterminada das Forças Armadas em Gaza; da negativa ameaçadora do Hamas, que não admitiria “um único soldado [israelense], não importa o preço que custe”; e de sua disposição em resistir, a matéria anuncia que a facção fundamentalista islâmica não se daria por vencida — mesmo após 22 dias de conflito que gerou muito mais mortos entre palestinos (1.207, contra 13 israelenses), como o próprio jornal informou *ad nauseam* — até que o Exército israelense saísse por completo do território e as fronteiras fossem reabertas. Ou seja, Israel, como queria o ditador egípcio Hosni Mubarak, teria de apresentar intenções de encerrar a

ofensiva sem exigir nada em troca, mas o Hamas estava coberto de razão em só desistir da luta se as condições lhe fossem largamente favoráveis.

Não é por coincidência que o Egito não aceitava o patrulhamento das fronteiras, a fim de coibir o fluxo de armamentos para Gaza, e o Hamas só deporaria as armas se as passagens entre Israel e o território fossem liberadas novamente. Egito e Hamas estavam juntos na empreitada, como prova a insistência do ditador daquele país em imprimir seu prestígio e fazer-se sempre presente no desenrolar dos conflitos e, assim, consolidar sua hegemonia junto ao povo palestino e estender seus tentáculos totalitários no Oriente Médio e, por que não?, sobre Israel. Tudo, nunca é demais recordar, resguardado pelos mortos que o Hamas não se furtaria em continuar a produzir, também por meio da inferioridade frente a Israel, que por sua vez, não poderia enfrentar tal situação sem a atuação militar devida.

A tal cúpula para discutir a — a expressão é ultrajantemente curiosa na sua desfaçatez — “situação humanitária” em Gaza aconteceu de fato, o que, de acordo com Ninio, derruba o argumento de unilateralismo da decisão de Israel, por reunir países como França, Itália, Alemanha, Reino Unido, Espanha, Turquia e República Checa, além dos já mencionados presidente da ANP Mahmoud Abbas, e Ban Ki-moon, o secretário-geral das Nações Unidas. É de se perguntar: 1) algum desses países falou com Israel? 2) algum desses países atentou para o fato de o Egito não ser lá muito isento?

Ao informar acerca do anúncio do fim dos ataques, às 2h (22h do dia 17 de janeiro em Brasília), após três semanas do início do conflito (N. do A.: aquele era o 22º dia), o enviado especial da *Folha* no Oriente Médio volta a aludir ao número de mortos — mais de 1.200 palestinos e 13 israelenses —, sem, entretanto, esclarecer em que condições e porque morreram palestinos em quantidade esmagadoramente superior. Tal realidade se deveu, como este trabalho explicitou sempre, ao amorismo e à precariedade dos foguetes do Hamas contra Israel — que atingiam alvos aleatórios, ainda que entre os 13 israelenses mortos “apenas” três fossem civis — e à entrada das tropas israelenses em Gaza. O jornalista também não fornece a informação acerca de quantos, entre os mais de 1.200 palestinos nos conflitos, eram vinculados ao Hamas, declarada ou veladamente.

O terrorismo, como também defendido neste trabalho, não é fruto de ações inconsequentes e circunstanciais, levadas a cabo por indivíduos destrambelhados. Não. O terrorismo — e o terrorismo de motivação religiosa, a exemplo do que se observa no Oriente Médio — faz parte de um método, racional, posto em execução por homens de projeção em suas comunidades, porque produz os resultados pretendidos (DERSHOWITZ, 2004, p. 239).

Lê-se na sequência que o premiê de Israel, Ehud Olmert, entrara em contato com o ditador egípcio Hosni Mubarak a fim de comunicar seus novos planos quanto à ofensiva em Gaza; segundo Olmert, havia concordância do governo egípcio no que respeita ao bloqueio da entrada de armas no território. A hipótese levantada por este pesquisador quanto às pretensões eivadas de totalitarismo do Egito na Ásia Ocidental vai, a pouco e pouco, confirmando-se publicamente: o texto lembra que a leniência do governo do Cairo em relação ao tráfico de armamentos em Gaza foi um dos “principais motivos de Israel para ir à guerra” (NINIO, 2009). Outra das razões rememoradas na reportagem de Ninio para o início de nova guerra entre israelenses e palestinos foi o lançamento pelo Hamas dos famigerados foguetes contra Israel. E o premiê israelense sintetiza o pensamento de qualquer pessoa de bom senso: o Exército só deixaria Gaza caso o Hamas cessasse o disparo de foguetes. Do contrário, a ofensiva teria continuidade, para resguardar a população israelense.

Ninio atenta para o fato de analistas israelenses, sem mencionar quem seriam, especularem quanto ao desejo do governo de Israel de deixar Gaza “em mais alguns dias”, o que evidentemente, só poderia se confirmar se a receptividade do Hamas fosse positiva. O porta-voz da facção, Fawzi Barhoum, no segmento nevrálgico da matéria, confirma a principal linha de ação do movimento quanto ao desprezo por Israel e dispara: “O ocupante (N. do A: as tropas israelenses) deve suspender fogo imediatamente, retirar-se de nosso território e levantar seu bloqueio, **abrindo todas as passagens da fronteira**. Não aceitaremos um único soldado em nossa terra, não importa o preço que isso custe” (Grifo nosso). O premiê Olmert e o ministro da Defesa Ehud Barak, contudo, têm postura apaziguadora e alegam ter atingido os objetivos do governo favoráveis ao Estado. Olmert deixaria o poder em alguns dias, mas fez questão de frisar que “ainda crê” em dois Estados na Ásia Ocidental e reconhece Gaza como território palestino: “Saímos de Gaza em 2005 com a intenção de jamais voltar.” Ninio lembra que a retirada, novamente unilateral, de soldados e colonos israelenses do território em 2005, se deu sob a liderança do primeiro-ministro Ariel Sharon, tido por truculento devido a sua trajetória quando oficial do Exército.

O enviado especial da *Folha* menciona o jornal israelense *Haaretz* quando discorre sobre a proposta egípcia, que teria três fases: 1ª) cessar-fogo imediato, por tempo limitado, e reabertura da fronteira para entrada de alimentos e remédios; 2ª) controle da fronteira e fim do embargo à Gaza; e 3ª) Fatah e Hamas voltarem a dialogar.

O que propõe o governo do Cairo chega a ser feérico de tão ingênuo. Apenas a primeira etapa tem alguma razoabilidade, tanto que foi a única a se desenrolar a contento. O

fim decisivo das restrições comerciais à faixa de Gaza não pode ser deliberada de maneira tão ligeira, mesmo porque depois de uma guerra, a ação no território estaria voltada para outros propósitos, como a sua reconstrução, conforme se vai analisar a seguir. A terceira proposição, dentro do plano geral, de que Hamas e Fatah reiniciem as negociações seria um indício de que a população de Gaza teria dias mais tranquilos com a exigência de que o Hamas fosse mais moderado. O histórico da facção, no entanto, aponta para outros propósitos.

Em 20 de janeiro, a *Folha* publicou texto assinado pelo enviado especial do jornal, que voltava à cidade israelense de Sderot, informando acerca da possibilidade de Israel deixar Gaza assim que o então presidente eleito dos Estados Unidos, Barack Obama, assumisse. A primeira linha fina afirmava que o líder do grupo extremista islâmico Hamas apoiava o diálogo com o laico Fatah, consoante exigência dos mediadores, sendo o Egito o de maior destaque, um ano e meio depois de os dois partidos terem rompido formalmente. Na segunda, lê-se que em encontro no Kuwait, chefes de governo árabes não chegaram a consenso quanto ao Hamas e que empresários sauditas haviam prometido fazer doações no valor de US\$ 1 bilhão para a reconstrução de Gaza.

O primeiro parágrafo repisa as informações contidas na estrutura introdutória da reportagem, acrescentando a lembrança de que o cessar-fogo havia se dado — de modo unilateral, diga-se, por parte de Israel — dois dias antes, acontecimento cujo texto correspondente foi analisado por este trabalho. Ninio informa, citando “fontes de governo”, que desde que o armistício seja mantido, Israel sustenta a total saída das tropas do país até a posse de Obama, em 20 de janeiro de 2009.

O texto menciona a retirada de aparelhos militares de Israel, que se estendeu por todo o dia 19 de janeiro, entretanto sem dizer precisamente quantos seriam os tanques, baterias antiaéreas e bases. O parágrafo é encerrado evidenciando-se “um cenário de devastação que os moradores de Gaza só agora começam a dimensionar.”

O terceiro parágrafo presta-se a números: segundo Ninio, todos os edifícios do governo, até o Parlamento, foram arrasados, além de 4.100 casas. Dados tão expressivos necessitariam ter sua fonte devidamente registrada, o que não acontece. No período seguinte, o correspondente da *Folha* diz que, de acordo com as Nações Unidas, “mais de 50 mil pessoas” não tinham onde morar, e mais de 400 mil não contavam com acesso a água, não informando que situações como essa são comuns depois de uma guerra. Mas o erro maior do jornalista foi ter deixado de esclarecer que Israel já havia liberado a fronteira para a entrada de água potável e outros suprimentos.

O quarto parágrafo especula quanto ao total de mortos em Gaza — 1.314, número com o qual os dois lados concordam —, porém sem precisar quantos israelenses e quantos palestinos e em que circunstâncias morreram, reconhecendo em seguida a inconsistência dos dados disponíveis, que apontavam diferença muito significativa no que respeita a baixas civis. Para o Exército de Israel, teriam sido 580 militantes do Hamas, mas o próprio Hamas admite apenas 48 mortos. Os soldados israelenses mortos seriam 10 e as baixas entre civis, 3.

Aqui, cabe fazer uma pequena pausa. O trecho supracitado parece vítima de uma contradição que o trunco. Analisando-se somente o que está escrito, tem-se a impressão de que militantes do Hamas seriam pessoas comuns, sem quaisquer ligações com o grupo, o que, por si só, é uma tautologia, um argumento essencialmente degenerado. Militantes do Hamas são, permitam-me a obviedade, militantes do Hamas: gente comprometida com uma causa que julga legítima e pela qual luta até o fim, literalmente. Quem milita em um grupo armado não pode ser considerado civil, já que tem poder de fogo e recebe treinamento militar. Quanto à não confirmação dos possíveis 580 mortos, que teriam sido na verdade 48, o Hamas explicita sua inferioridade frente às Forças Armadas de Israel em ambas as contabilidades. Evidencia também que, mesmo que não quisesse, seria forçado a interromper sua participação nos conflitos, sob pena de arcar com a necessidade de perder seus militantes mais bem preparados, afinal, ainda que consiga mão-de-obra numerosa para suas operações, dispense-se algum tempo até que essas pessoas estejam minimamente prontas para o combate.

O último parágrafo antes do intertítulo “Diálogo palestino” é o mais curioso. Mesmo incontestavelmente depauperado, o Hamas acreditava estar em condições superiores em relação a Israel, cogitando até um próximo enfrentamento com os israelenses. O período seguinte chega a ser engraçado: “Em uma demonstração de força, o grupo colocou homens uniformizados nas ruas para patrulhá-las e organizar o trânsito já desde domingo.”

O procedimento do Hamas só deixa ainda mais claro que as coisas estavam é bem difíceis para a facção, como se vai ver a seguir. “Demonstração de força” é um eufemismo para orgulho ferido. A manobra de o Hamas ter colocado alguns de seus membros restantes como guardas de trânsito, uniformizados, quis dar um caráter oficial e legítimo a uma organização que não é dada a muitos rapapés quanto a se mostrar aceita pela população nem a observância de preceitos institucionais, salvo em situações extremas como a narrada pelo correspondente da *Folha*.

Ao abordar as consequências do avanço e da vitória de Israel, a matéria dissecou as entranhas do Hamas, que estava mais vulnerável. Ismail Haniyeh, fanfarronicamente, pois era

só isso o que lhe restava, sinalizou aprovação quanto a reiniciar conversações com o rival secular Fatah, posto para fora do território de Gaza em 2007. O Hamas e o Fatah se enfrentaram em uma série de batalhas que resultou em um cisma entre os palestinos, que, a depender de onde morassem, eram obrigados a emprestar apoio e se aliar a este ou àquele grupo, que por sua vez, tornou ainda mais fortes as diferenças ideológicas.

O terceiro parágrafo do segundo segmento do texto atenta para o fato de o Hamas não querer alianças com o Fatah, que teria traído os ideais islâmicos ao se juntar com Israel, situação que começava a mudar de modo radical a partir de então. O trecho faz alusão à primeira linha fina, ao mencionar que o Egito intermediava as tentativas de reconciliação entre os dois grupos, certamente visando aumentar sua hegemonia política junto aos palestinos, com o propósito de arrostar Israel de modo mais incisivo em algum momento da História. Hosni Mubarak, o ditador do Egito, ainda segundo o texto, julgava crucial fazer com que a ANP (Autoridade Nacional Palestina) estivesse de acordo com o monitoramento das fronteiras com Gaza, o que comprova a tese deste pesquisador no que tange às intenções belicistas do Egito em relação a Israel.

Para Mubarak, a ANP seria uma parceira inestimável em sua busca por protagonismo político e militar no Oriente Médio, dado o Hamas ser considerado um prolongamento do grupo Irmandade Muçulmana, a mais importante opositora a seu governo ditatorial. Na conferência da Liga Árabe, no Kuwait, como antecipou a segunda linha fina, Mubarak foi crítico quanto ao Hamas, responsável, de acordo com ele, pela guerra em Gaza, ao não ter aceitado o cessar-fogo com Israel ainda em dezembro, “um convite à agressão”, para ele. Novamente evidenciando sua obsessão em projetar-se no Oriente Médio, Mubarak afirma que o Egito vai continuar a investir na união entre os palestinos, sem o que não seria possível desbloquear as relações comerciais com Gaza, o que o Hamas considerava indispensável para manter o cessar-fogo.

O ditador do Egito vai, ao sabor das conveniências, movimentando-se de um lado para o outro, apoiando quem detém mais poder em determinada ocasião e espinafrando publicamente o lado em desvantagem. Claramente descomprometido com o processo de paz, sacou da manga uma improvável e infundada desavença com o grupo fundamentalista islâmico Hamas, com quem se aliara contra Israel no início dos conflitos. Declarações como a que o texto registra a seguir, na qual Mubarak tenta estabelecer uma diferença fundamental, irretorquível, entre o Hamas e o *modus operandi* de seu governo são uma pequena amostra do quão longe pode ir o cinismo como política de Estado. Disse Mubarak: “Faremos tudo o que

pudermos, mas se as facções (N. do A.: extremistas) não responderem a nossos esforços, então diremos a elas que Deus ajuda aqueles que ajudam a si mesmos.” O enviado da *Folha* ao Oriente Médio relata que a fala do ditador egípcio é de oposição a movimentos políticos externos, que guiam o Hamas e seria uma “insinuação clara” a Irã e Síria, que abriga líderes exilados do Hamas. Para Bashar Assad, o ditador sírio, o Hamas teria apenas reagido à agressão imposta por Israel, que teria feito uso de armas proibidas, de acordo com o que diz o próximo texto a ser analisado (ver também Apêndice: “Conselho da ONU endossa texto sobre Gaza”. *Folha de S.Paulo*, Mundo, 17 de outubro de 2009). Assad, pateticamente, ainda qualificou Israel como uma “entidade terrorista”; se avaliar com um mínimo de decoro e honestidade sua própria posição de prestar solidariedade a um organismo paramilitar e partidário da empreitada de ações terroristas para atingir seus questionáveis objetivos, verá quem é, de fato, o terrorista.

Ampliando a discussão, Ninio informa que o governo francês, um dos “padrinhos” do cessar-fogo, valeu-se de seu prestígio para coagir o Hamas a tornar-se moderado nas negociações. Nicolas Sarkozy, presidente da França, havia dito em entrevista à emissora France 2 que a UE suspenderia o embargo à Gaza se se institísse um “governo palestino de união”.

A intenção da França é, inegavelmente, boa; entretanto, não ficou claro, nem pelo texto de Ninio nem ao se analisar a declaração de Sarkozy, que sanções seriam interrompidas e que espécie de “união” deveria ostentar o novo governo, já que Hamas e Fatah são como água e azeite. E o mais importante: o que seria uma “posição moderada” do Hamas, sempre escoltado pelo cada vez mais onipresente Egito, que agora passa à honorária condição de aliado da França, que presidia a UE, entidade que representa a Europa politicamente?

A matéria é encerrada com o detalhamento das possibilidades quanto à reconstrução de Gaza, remetendo mais uma vez à segunda linha fina do texto, ainda que de modo tardio. Lê-se que a ofensiva israelense no território implicou danos de US\$ 1,9 bilhão, sem mencionar a origem de tal dado ou métodos usados para chegar-se a cifra tão assustadoramente soberba. E, finalmente, que a Arábia Saudita, terra natal do arquiterrorista islâmico Osama bin Laden, chefe supremo da organização fundamentalista muçulmana Al Qaeda, alegou que ofereceria US\$ 1 bilhão, ao passo que os países árabes, sem dizer com a precisão necessária quais, criariam fundo de US\$ 2 bilhões.

Ainda no dia 20 de janeiro de 2009, foram publicados pela *Folha* mais 4 textos. O segundo, produzido em Redação, diz em sua manchete: “Árabes denunciam uso de urânio em bombas.”

Mais uma vez, constatam-se problemas quanto a matérias feitas sem que se desloque um profissional para o local onde se passam os conflitos, ainda que o ponto que se quer colocar à luz neste momento não se constitua precisamente da falha originada pelo fato de o texto ter sido criado em Redação. Tal erro poderia ter ocorrido *in loco* mesmo.

O que este pesquisador quer observar desta feita é o uso da expressão “países árabes”. Quais são os países árabes que o texto anseia identificar como os que verificaram o emprego de urânio nas bombas usadas pelas Forças israelenses? O Egito, com seus propósitos tão bem delineados quanto a desqualificar e sujeitar Israel, seria um dos países árabes?

O primeiro parágrafo diz que os tais países denunciaram Israel à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) quanto à utilização de urânio empobrecido nas munições empregadas contra o Hamas. O fragmento inicial da matéria menciona a natureza cancerígena da substância, que tornaria maior a eficiência e a capacidade de destruição do armamento, sem, entretanto, que nenhuma análise tenha sido feita. O mais curioso é destacar que é precisamente o urânio, enriquecido a pelo menos 90%, o material usado no programa nuclear clandestino — e de intenções genocidas — do Irã, um dos aliados do Egito, que visa construir a bomba atômica para, nas palavras do presidente Mahmoud Ahmadinejad, “varrer Israel do mapa”. Vergonhosamente apoiado pelo Brasil, diga-se.

Só no segundo parágrafo, a história torna-se um pouco — mas só um pouco — menos nebulosa, ao se saber que a denúncia toma a forma de uma pessoa, o embaixador saudita Mansour al Saud, que pede que sejam promovidas investigações no que concerne a examinar resíduos de urânio que teriam sido encontrados em corpos de vítimas palestinas durante a guerra.

De onde veio a denúncia? O texto responde, ou tenta responder, a seguir: “A denúncia partiu inicialmente de médicos palestinos e estrangeiros que atenderam feridos e analisaram cadáveres de vítimas de ataques contra a faixa de Gaza.”

É o caso, de mais uma vez, indagar: quem são esses médicos? Quais as suas nacionalidades? Médicos palestinos, como a própria matéria informa, têm o distanciamento ideológico e emocional necessário para se imiscuir em questão de tamanha importância, e que implica consequências tão devastadoras para Israel junto à comunidade internacional? E

ainda: com recursos comumente escassos, esses profissionais teriam, de fato, tido acesso a equipamentos e aparelhagem capazes de resultar em análise tão precisa?

O que é forçoso salientar é que, ao contrário do procedimento de muitos países árabes, Israel sempre foi um observador e defensor dos direitos humanos, talvez graças à realidade cruel enfrentada pelo povo judeu, com destaque para o período que compreende a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando sofreu perseguições massivas e sistemáticas que quase provocaram o seu desaparecimento. Dershowitz defende que não há no Oriente Médio outra democracia senão Israel, visto que mesmo a Autoridade Nacional Palestina, organização laica, é partidária de tortura e assassinato de desertores e “supostos colaboradores”. Para ele, no que é respaldado por este pesquisador, “os palestinos invocam os ‘direitos humanos’ meramente como uma tática contra Israel” (DERSHOWITZ, 2004, p. 244). E exatamente como propagandistas ociosos da causa palestina é que procederam esses médicos, situação descrita por Knightley quanto ao papel de jornalistas no exercício da profissão em conflitos armados na obra já citada por este trabalho (KNIGHTLEY, 1977).

O governo israelense não caiu na esparrela e anunciou que não iria comentar o que dizia a carta dos embaixadores árabes. Quanto à AIEA, a agência alegou estar “analisando o caso” e posicionar-se-ia logo. Enquanto isso, Israel sofria nova acusação, desta vez pela Anistia Internacional, que afirmou que as Forças Armadas israelenses haviam usado **indiscriminadamente** fósforo branco contra o território de Gaza. O composto químico, diz o texto, é usado para despistar o inimigo, devido à fumaça densa que produz, mas também provoca queimaduras ao entrar em contato com a pele humana. Antes da denúncia da Anistia Internacional, a ONG Human Rights Watch, na semana anterior, tinha também apontado a conduta supostamente criminosa de Israel na guerra.

Todas essas questões levam-nos à inquirição feita ao longo da análise deste texto. Denúncias sem qualquer prova concreta, que fazem é produzir apenas especulação e seduzem veículos de comunicação de massa que deveriam ser mesmo independentes, como o *Independent*, que chegou a afirmar que Israel usara pó de tungstênio, prestam-se ao papel de propaganda, da forma como quis demonstrar este trabalho, materializada e potencializada pelos diretores dessas ONGs e dos médicos envolvidos no exame dos cadáveres das vítimas. A propagação de tal ideia, como quis adiantar o último parágrafo da matéria, eivada de ideologia tão rasteira, surtiu efeito, como o desfecho do episódio atesta (VER ANEXO E). O jornalismo não pode deixar-se pautar por demandas deste ou daquele matiz ideológico — grosseiramente disfarçado de humanismo — sob pena de perder sua natureza fundamental,

informar e não mistificar, principalmente em se tratando de assunto de compreensão tão difícil para o leitor comum.

O terceiro texto publicado pela *Folha* em 20 de janeiro, “Rafah, no sul da faixa de Gaza, é retrato da devastação provocada pela ofensiva”, escrito pelo jornalista Donald Mac Intyre, do jornal *Independent*, em Rafah, propõe-se a esmiuçar um pouco mais as consequências dos conflitos entre israelenses e palestinos. Mac Intyre começa seu relato descrevendo os prédios destruídos por dias de bombardeio, expediente comum em uma guerra. No primeiro parágrafo, o jornalista fala em “pilha de escombros” inclusive uma formada pelas casas arrasadas em torno do parque de Muntasa, que, “segundo os israelenses”, diz ele, “tinha sido usado por militantes (N. do A.: do Hamas) para disparar foguetes.” O jornalista termina o parágrafo dizendo que o parque, após a ofensiva em Gaza, “não passa de um campo de escombros de concreto e alvenaria”.

O parágrafo seguinte, em sua contundência quanto à riqueza de detalhes, merece atenção especial. Mac Intyre fala sobre o socorro aos feridos, contrariando narrativa de outros profissionais de imprensa quanto à proibição imposta por Israel a que entidades médicas prestassem assistência a vítimas. O texto que segue parece querer dizer exatamente o oposto do que intenta explicitar: o fato de os paramédicos atenderem feridos, além das “luzes das ambulâncias palestinas piscando contra o céu escuro”, foram, para ele, “o primeiro sinal real” da guerra (não haviam sido os escombros, escolhidos pelo jornalista para ilustrar a chamada e figurar na abertura da matéria?). Logo depois, no mesmo parágrafo, Mac Intyre fala, imprimindo juízo de valor precipitado e, por conseguinte, incorreto, a respeito de novos conflitos durante o cessar-fogo, conclusão a que chegou ao observar “um avião espião israelense sem tripulantes no ar”. E perguntas se fazem necessárias: 1) que métodos usou para definir a aeronave como espiã, se a guerra ainda não havia acabado de fato? 2) como sabia que o avião não era tripulado? Se era espião, algum propósito militar teria.

A partir deste ponto, Mac Intyre descreve o cotidiano de uma família de Rafah, os Harb. O chefe, Jawwad, contou que preferia expor ao frio os seis filhos, com medo de que se ferissem com os estilhaços do vidro das janelas nas explosões. O jornalista informou ainda que Jawwad trabalha — não disse se de maneira voluntária ou remunerada — na organização humanitária Care.

Mas o trecho que desperta o interesse deste pesquisador é o que se refere à resposta da filha de Jawwad, Banyas, de 15 anos, quando o pai disse, na tentativa de acalmar

os filhos, que os ataques seriam “muito temporários”: “Isto é temporário para sempre”, retrucou a garota. Na sequência, Ziad, outro filho de Jawwab, indaga: “Vamos morrer?”

A declaração de Banyas não deixa de encerrar um argumento verdadeiro. Os conflitos entre árabes e israelenses no Oriente Médio datam, como este trabalho já mencionou algumas vezes, de 1948, ou de 1987, quando ocorreu a primeira intifada (levante palestino), desprezando questões muito mais complexas entre esses dois povos, que o Antigo Testamento já delineava. Banyas, no frescor de sua juventude e inexperiência, acerta ao dizer que a guerra “é temporária para sempre” se se tomar a questão do ponto de vista defendido por Mac Intyre: o de que a menina desde muito nova presencia guerras. Entretanto, é falso inferir que ela jamais tenha experimentado tempos de paz, ainda que pouco duradoura. Já a fala do irmão de 6 anos, Ziad, é um pouco mais intrigante. O que leva uma criança tão nova a questionar o pai, diante de um jornalista ocidental, acerca da possibilidade de morrer? A pergunta já contém a resposta: a presença de um jornalista ocidental. O texto segue por mais algumas linhas contando sobre o dia-a-dia da família Harb, como o episódio em que Jawwab, carrega 20 litros (!) de água para os filhos depois de 4 ataques aéreos (!!), de acordo com o depoimento do próprio Jawwab.

É constrangedor e mesmo triste quando um jornalista, descontado o ambiente hostil de uma guerra ainda em curso e a busca por uma boa história, principalmente pertencendo aos quadros de um jornal reconhecido em todo o mundo, cede ao sentimentalismo e dá caráter científico à emoção. Relatos emocionados sempre constituíram verdadeira armadilha para o jornalismo, que uma vez de acordo com tal circunstância, é-se obrigado a seguir com a farsa até o fim, sob pena de cair em descrédito e se perder irremediavelmente. Este trabalho muitas vezes já destrinchou a conduta propagandística, deliberada ou involuntária, de veículos de comunicação de massa ao realizar coberturas de guerras. Parece que o *Independent* integrou-se, definitivamente, a esta estatística, haja vista o texto de Mac Intyre, que junta-se ao anterior, que especulava sem nenhum indício concreto, sobre o uso de bombas com pó de tungstênio.

A posição de Jawwab quanto ao Hamas, contudo, não é tão austera quanto a sua maneira de se comportar frente à guerra. Jawwab considera, mesmo com a facção atuando em áreas residenciais — e isto não é sem razão de ser, evidentemente — que é Israel o responsável por tantos civis mortos em Gaza. Segundo ele, que chegou a citar a Convenção de Genebra em sua resposta, os civis deveriam poder sair dos locais de conflito, situação que não era possível devido ao bloqueio das fronteiras entre os dois países imposto por Israel.

Donald Mac Intyre encerra sua matéria dissertando sobre a retomada gradativa das atividades habituais pelos moradores de Gaza, que passaram a sair à rua a fim de comprar os suprimentos mais básicos, já que as lojas reabriram em Rafah no dia anterior, 19 de janeiro. “Os morteiros, tanques e aviões silenciaram pela primeira vez em três semanas”, conta Mac Intyre, mas, mesmo assim, os moradores do território não estavam convictos do fim da guerra. E nem poderiam, realmente: o cessar-fogo — unilateral, por parte de Israel, que se lembre — fora decretado naquele mesmo dia. Se o jornalista tivesse usado argumentação equivalente, em vez de se dedicar a aventar hipóteses completamente etéreas, talvez seu texto fizesse diferença na cobertura do *Independent*. Infelizmente, sua publicação apenas corroborou os enganos que o jornal cometia, enganos ecoados pela *Folha* por meio da reprodução do texto em suas páginas.

O quarto texto levado às páginas da *Folha* em 20 de janeiro de 2009 foi produzido pelo enviado especial do jornal ao Oriente Médio. Marcelo Ninio estava na cidade israelense de Sderot e relatou o cotidiano de uma brasileira moradora de Gaza que estabelece comparação capciosa entre o Rio de Janeiro, sua cidade natal, e o território palestino. O jornalista não deixou por menos e foi taxativo ao afirmar na manchete que “brasileira prefere Gaza ao Rio”.

A matéria informa — de maneira a levar o leitor a tentar entender melhor a situação da faixa de Gaza durante a guerra contra Israel, detendo-se no ponto de vista de uma personagem bastante peculiar e também brasileira — que Laila Sahahim, 35, não quer abandonar Gaza, que julga ser o seu lugar, embora tenha inspirado o governo brasileiro a intervir oficialmente a favor da saída dela e do pai, Farid, do território árabe. Farid quer de fato deixar Gaza, narra o texto.

O ponto nevrálgico da matéria — que perde a grande oportunidade de abordar um tema de suma importância e correlato aos acontecimentos de então, a violência — é a menção ao, sempre ele!, fundamentalismo islâmico, como será mais bem detalhado por este trabalho à frente. Depois de se queixar do calor do Rio, que, segundo ela, seria quente demais para usar trajes que lhe impõem a doutrina do islã (N. do A.: a faixa de Gaza está situada entre um deserto, o de Negev, e o mar Mediterrâneo, e registra no verão temperaturas próximas aos 40°C), a mulher deixa escapar uma declaração à primeira vista irrelevante e que só desperta questionamentos em sensibilidades mais aguçadas e que não foi devidamente avaliada e comentada pelo correspondente da *Folha*: quando informada de que o ministro das Relações Exteriores brasileiro, Celso Amorim, citara seu caso ao encontrar-se com a chanceler

israelense Tzipi Livni, disse o seguinte: “O pedido [de saída] foi feito a Livni? **Logo para a maior terrorista de todas?** ”

Laila Sahahim tinha idade e vivência no território de Gaza — onde estava havia seis anos — o bastante para saber que os únicos terroristas a grassar na Ásia Ocidental são os militantes do Hamas (e, de maneira mais precisa, só mesmo os militantes menos afortunados, não por acaso os que estão realmente dispostos a tudo, já que seus líderes mais importantes moram em luxuosas mansões em outros países, a exemplo de Yasser Arafat (1929-2005), o mítico e beligerante dirigente da ANP, que já havia pertencido à facção e em seus últimos de vida, dedicava-se a sua bela casa no subúrbio de Paris). Ter reproduzido as falas de Laila foi um acerto do correspondente e do jornal, visto que desmascararam de vez a entrevistada, como se vai a seguir.

Outro ponto a ser posto à prova é a constatação de ter prosperado o tal pedido para que Laila e o pai se refugiassem no Brasil, embora a matéria a todo momento informe que a mulher não quer ir. É ocasião de perguntar: quem de fato entrou em contato com a diplomacia brasileira, Laila, o pai ou nenhum dos dois? A destrambelhada chancelaria tupiniquim meteu os pés pelas mãos mais uma vez ao deparar com seu envolvimento em episódio tão infundado, mal explicado e que diz respeito a uma decisão tão particular? Foi seduzida pelos apelos da mulher — que claramente se arrependeu e retirou sua intenção de sair de Gaza — e procedeu de forma premeditada e já foi logo metendo os peitos?

O último parágrafo do texto encerra a discussão central à que a matéria deveria ter dado a devida ênfase: o fundamentalismo islâmico, ainda que maquiado por declarações, a princípio, sutis. Novamente, só a princípio. Laila revela outra razão para ficar em Gaza: “a lealdade à luta palestina contra Israel”. Leitores de estômago mais fraco certamente tiveram de se segurar na cadeira ao tomarem conhecimento de que o que ela queria de verdade, depois de tanto rodeio, era “ficar entre os 1.300 mártires [da guerra]”.

O correspondente da *Folha* gastou meia lauda para dizer o que mais importava: Laila Sahahim era uma terrorista também. Não se sabe se havia até então pegado em armas; se não pegou, não fora por falta de vontade, mas, apenas, de oportunidade. Seu discurso alinha-se perfeitamente com o que é propagado pelo Hamas e ela acha que este é o papel de um muçulmano legítimo.

Esta é a força motriz de facções como o Hamas: a mistificação e a conquista de mentalidade por meio da ideologia; é assim que arregimentam seus combatentes e é desse

modo que conquistam seus preciosos mortos, que, como Laila Sahahim deixa escapar, são vistos como mártires. Ela pode não passar de uma fanática ou de uma fanfarrona. Mas há muitos, milhares, que perseguem com obstinação e acabam por realizar este seu confessado — apesar de indecoroso — desejo.

O quinto e último texto jornalístico publicado pela *Folha* em 20 de janeiro de 2009 foi originalmente veiculado no jornal norte-americano *New York Times* e assinado por Elisabeth Bumiller. O novo presidente eleito dos Estados Unidos, Barack Obama, e sua equipe tomariam posse naquele dia e a manchete “Hillary (N. do A.: Hillary Clinton, ex-senadora democrata pelo estado de Nova York e então futura secretária de Estado norte-americana) surge com novo nome de enviado especial à região” já especula sobre a indicação de George Mitchell, ex-líder também do Partido Democrata no Senado norte-americano, que fora ainda presidente de comissão especializada em discutir a paz no Oriente Médio, em 2001, ao cargo de enviado especial da administração Barack Obama à Ásia Ocidental. Bumiller informa que “a indicação de Mitchell, um negociador experimentado e respeitado, sinaliza que o presidente eleito estará atribuindo (sic) alta prioridade à região desde seus primeiros dias de governo.”

A matéria de Elisabeth Bumiller é, como se disse antes, mera especulação: nada estava suficientemente apurado ainda. O que emerge de seu texto é, quem sabe?, uma esperança de que seja verdadeiro o boato, que é apenas isso, um boato, por mais que tenha sido espalhado por gente das relações da então futura secretária de Estado, efetivada na função. George Mitchell é, de fato, um político de vasta experiência em temas internacionais, mas ter pertencido e mesmo presidido uma comissão sobre o armistício no Oriente Médio parece a este pesquisador critério pouco substantivo para que se torne definitiva sua nomeação, como se vai ver a seguir. O que prevaleceu foi, lamentavelmente, o caráter político, já que, como o próprio texto informa, Mitchell era um bem destacado membro do Partido Democrata.

A matéria centra sua verve jornalística no trecho a seguir, onde se lê que estudiosos de temas concernentes ao Oriente Médio avaliam a inconsistência da possível participação de Hillary em tratativas “indiretas”, isto é, mediadas por ela, entre Israel e o Hamas, que teriam ainda o apoio do presidente Nicolas Sarkozy, da França, e do ditador egípcio Hosni Mubarak (este trabalho já demonstrou algumas vezes a parcialidade de Mubarak, devida a sua obsessiva vontade quanto a se tornar protagonista nos conflitos israelo-palestinos, a favor, evidentemente, dos palestinos). Um dos antigos embaixadores dos Estados

Unidos em Israel foi ouvido. Quando perguntado sobre o que achava da possibilidade de a então futura secretária de Estado atuar em negociações de paz no Oriente Médio, Martin Indyk deu a seguinte resposta: “Eles [França e Egito] terão de avaliar se o envolvimento dela é apropriado a esta altura”. Indyk comentou também sobre o caso de, se o egípcios controlarem os primeiros diálogos, ser necessária uma visita instantânea. Ainda segundo o embaixador, Hillary deveria evitar “exibir-se”, quando é real a chance de que os conflitos se reiniciem logo que ela volte aos Estados Unidos. Este pesquisador acredita, como já deve saber o leitor atento, que tendo o Egito as coisas tão sob controle, aí mesmo é que os Estados Unidos deveriam mostrar sua força, fazendo valer o poderio bélico de que dispõe, se preciso fosse. Mas concorda com o embaixador Indyk quando ele afirma que a possibilidade de novos enfrentamentos entre israelenses e palestinos é grande sem a constante interferência da diplomacia norte-americana. Um ponto da questão a se estudar com mais seriedade é a observação permanente da região por organismos norte-americanos, em conformidade com Israel e a ANP, não com o Hamas.

Este pesquisador afirmara anteriormente que a indicação de George Mitchell fora política — e má política — e nada mais. Ao fazer um retrospecto da carreira de Mitchell, Bumiller diz que ele fora indicado em 2000, no fim do governo Bill Clinton, para presidir comissão que investigaria as causas da violência frequente no Oriente Médio. Em relatório tornado público no segundo semestre de 2001 — a, no máximo, três meses dos atentados terroristas de 11 de Setembro, portanto —, pedia o congelamento da expansão das colônias israelenses na Cisjordânia e um maior comprometimento dos palestinos quanto a reprimir movimentos e ações de terror. Ao chegar ao poder, o hoje presidente Barack Obama constata que as coisas não são assim tão fáceis: suas medidas no que respeita à Cisjordânia são dúbias e o terrorismo só arrefeceu devido às políticas impopulares de seu antecessor, às quais, que se diga, ele vê-se forçado a dar continuidade.

Em um louvável esforço na tentativa de contextualizar o leitor, Bumiller aprofunda seu relato sobre as origens de Mitchell, 75, filho de pai irlandês e mãe libanesa, o que seria indício de maior aproximação com os árabes, processo inversamente proporcional ao que se observaria junto aos israelenses. Este pesquisador não concorda com o analista político do Centro Internacional Woodrow Wilson Aaron David Miller quando diz que “[Barack] Obama (N. do A.: que ainda não havia tomado posse) vai descartar a relação exclusiva que vínhamos mantendo com os israelenses”. “Relação exclusiva” é um modo muito particular e pouco honesto de ver a questão. Outros presidentes norte-americanos, a

exemplo, para ficar em um democrata, do mencionado Bill Clinton, já orquestraram acordos de paz entre Israel e a ANP, presidida à época pelo ex-guerrilheiro e ex-miliciano do Hamas Yasser Arafat. (Quem não se lembra do antológico aperto de mão entre Arafat e o premiê israelense Yitzak Rabin, mediado por Clinton?)

O que deve ser analisado, à luz de pesquisas que se cerquem de métodos sérios, é a responsabilidade dos líderes palestinos desde então e, por extensão do Hamas, ante o degradingolamento do processo de paz. Apenas indicar um descendente de árabes para um alto posto na diplomacia, definitivamente, não resolve o problema.

A ofensiva israelense contra o Hamas encaminha-se para o desfecho, depois de 22 dias. É o que a matéria publicada pela *Folha de S. Paulo* em 22 de janeiro de 2009 evidencia. Assinado pelo enviado especial do jornal à cidade israelense de Ashkelon, o texto enuncia também na primeira linha fina que Israel, devido a “denúncias reiteradas”, investigará o uso de fósforo branco. Na segunda: “Chanceler israelense sofre pressão dos líderes da UE (N. do A. : União Européia) para suspender bloqueio ao território palestino e reabrir fronteiras ao comércio”.

A matéria pode ser descrita como um arrazoado das ações israelenses durante a guerra. No segundo parágrafo, o repórter volta a mencionar o número de mortos em Gaza, 1.300, sem dizer quantos eram, de fato, civis — civis sem envolvimento com o grupo extremista Hamas, bem entendido —, além de informar acerca da destruição de 4.000 casas. O presidente da Comissão de Defesa do Parlamento [israelense], Tzachi Hanegbi, cumprindo seu papel, declarou que caso o Hamas voltasse a lançar seus foguetes, sem obedecer a qualquer princípio de engenharia militar, Israel intensificaria a investida contra o território palestino “com tanta força que eles terão saudade do dia em que a aviação começou a atacar”. Posição muito branda para um homem público de sua importância quanto a tema tão contundente, diga-se.

O parágrafo seguinte toca em assunto delicado, muito em voga na imprensa brasileira quando do transcurso da guerra: a tal (des)proporcionalidade da força empregada por Israel em seus ataques contra Gaza, o que tornou-se o fundamento para outra acusação, a que figura na primeira linha fina do texto. Articulistas e colunistas da *Folha*, além de editoriais de outros jornais, a exemplo de *O Estado de São Paulo*, caíram no truque pedestre e empenharam sua pena a favor de respostas israelenses à altura, nem superiores nem inferiores, aos ataques com foguetes por parte do Hamas, argumento de uma necessidade abissal. Se não, vejamos.

O que aconteceria caso Israel aceitasse a sugestão dos jornalistas brasileiros e passasse a atacar Gaza da mesma forma que os fundamentalistas do Hamas investem contra o Estado judeu, isto é, com foguetes toscos e sem alvo definido? A resposta não pode ser mais óbvia: seriam mortos muito mais civis; seriam feridos muitos civis mais, talvez a maioria; a guerra se estenderia por períodos ainda mais duradouros e o Hamas teria novamente seu trunfo: Israel mesmo sendo um país rico; Israel, embora disponha de tanta tecnologia; Israel ainda que mantenha Forças Armadas bem treinadas e equipadas com excelência, usa foguetes e mata majoritariamente cidadãos palestinos inocentes.

Certo, o uso de foguetes por Israel não pode mesmo ser defendido. Mas o emprego de fósforo branco é aceitável? Sim, e é o próprio texto quem diz e em que condições: o fósforo branco é permitido pela lei internacional para iluminar regiões de combate e produzir fumaça. E, evidentemente, seu uso é vedado para ataque contra civis, como também deveria acontecer quanto aos foguetes do Hamas ou qualquer armamento desta natureza. Mas contra civis; não contra pessoas que pertencem a organizações terroristas, ainda que veladamente, que podem ser qualquer coisa, menos civis, e sabem muito bem o que as pode esperar. Foi nessas circunstâncias que Israel usou, ou pode ter usado, fósforo branco. E se civis foram vitimados, e foram, cabe fazer mais algumas perguntas: o foram de maneira deliberada? E entre os civis mortos, quantos morreram por que se prestaram ao papel de “escudo” de terroristas ou, pior, foram forçados a tal? O escritor e advogado norte-americano judeu Alan Dershowitz faz exposição do problema ao aludir às políticas de aniquilamento de indivíduos considerados desprezíveis para a construção do “homem novo” por dois dos maiores déspotas que já frequentaram as páginas da História:

[...] Hitler e Stálin reivindicavam justificativas para suas políticas de morte em massa e tinham muitos seguidores, que incluíam intelectuais, profissionais e artistas. Mas agora entendemos que nada poderia justificar a aniquilação de dezenas de milhões de civis inocentes, apesar de alguns líderes palestinos e árabes ainda lamentarem o fato de que Hitler não tenha terminado o trabalho. (DERSHOWITZ, 2004, p. 257).

Parece realmente que é em Hitler e Stálin que grupos fundamentalistas como o Hamas se inspiram, unindo o “útil” ao “agradável”: dar continuidade a sua luta sanguissedenta ceifando vidas de sua própria gente, medida que poder-se-ia justificar como um meio ainda que muito tortuoso, de inserir o povo palestino na busca pelo reconhecimento de seu Estado próprio e, de lambugem, fomentar entre a população palestina o ódio antisemita de figuras execráveis, mas que alcançaram lugar na História, como os ditadores supracitados.

O texto, um pouco mais adiante — depois de citar a acusação do jornal israelense *Haaretz*, de que militares de Israel efetuaram 20 ataques com fósforo branco contra área urbana em Gaza — detalha melhor as ocasiões em que não é permitido usar o armamento: justamente contra áreas civis. Israel reiterou o compromisso com a lei internacional, mais precisamente a Convenção sobre Certas Armas Convencionais, mas, de acordo com o enviado da *Folha*, “não esconde a preocupação com possíveis processos por crimes de guerra”, o que, de fato, ocorreu (VER ANEXO E). O *Haaretz* nunca explicou de onde surgiu a informação sobre os ataques com bombas de fósforo branco contra civis palestinos por parte de Israel.

O governo israelense, como informou o *website* Ynet, cogitou cancelar a viagem da ministra das Relações Exteriores de Israel Tzipi Livni à capital da Bélgica, Bruxelas, com receio de que ela pudesse sofrer represálias legais. Livni acabou indo e tudo correu bem. Como relata a segunda linha fina da reportagem, a chanceler israelense foi pressionada por seus homólogos da União Europeia a reabrir as fronteiras com Gaza, o que, segundo a UE, tornaria menos precária a situação dos habitantes do território. Os moradores de Gaza, com a adoção da medida, passariam a receber água potável, medicamentos e comida.

O último parágrafo novamente dá o tom da tensão que ainda tomaria conta do território e do terror imposto pelo Hamas, que mesmo literalmente arruinado — seus prédios estavam destruídos por completo — fazia questão de demonstrar a força que os covardes dizem ter em momentos assim, voltando sua fúria assassina para o rival Fatah, que para os terroristas era “colaborador” de Israel. De acordo com o que diz, Ehab al Ghsain (N. do A.: o porta-voz do Ministério do Interior palestino), para quem era necessário “localizar colaboradores e **atingi-los com força**”, foi isso mesmo o que aconteceu: segundo Ninio, testemunhas relataram a execução de membros do Fatah, mortos pelos extremistas islâmicos do Hamas.

O segundo texto publicado pela *Folha de S. Paulo* em 22 de janeiro de 2009 trata de fato já noticiado pelo jornal e de especial interesse de profissionais de imprensa, não só os envolvidos na cobertura dos conflitos armados israelo-palestinos. Também assinado pelo enviado especial da *Folha* a Ashkelon, “Israel continua filtrando entrada de jornalistas” rememora o veto ao ingresso de repórteres na faixa de Gaza, esclarecendo que embora o fim oficial da guerra tivera sido decretado unilateralmente por Israel há dias (N. do A.: o armistício fora em posto em prática pelo Estado judeu em 18 de janeiro de 2009) e tenha se dado a evacuação dos soldados israelenses do território palestino, repórteres do mundo todo ainda permaneciam no Oriente Médio, a fim de narrar os últimos desdobramentos do

confronto. Segundo Ninio, “dezenas de jornalistas” de diversos países seguiam sendo submetidos à proibição quanto a ultrapassar o terminal de Erez, a mais conhecida passagem entre Israel e Gaza.

O segundo parágrafo oferece um ponto de vista cuja análise é muito interessante: o enviado especial da *Folha* relata que, devido às dificuldades de se entrar em Gaza, jornalistas que moravam no território passaram a atuar como fonte para a imprensa, adquirindo *status* de produtores de conteúdo exclusivo, juntamente com as redes de televisão, as TVs Al Arabiya e Al Jazeera, baseadas na Ásia Ocidental e que, por conseguinte, contam com correspondentes fixos na faixa de Gaza. O que confirma, mais uma vez, a importância de se investir na instalação e na manutenção de profissionais de imprensa em conhecidos lugares de tensão reiterada, a exemplo do Oriente Médio.

O parágrafo seguinte é fundamental para se entender a questão que a reportagem se propõe a esmiuçar. O texto mesmo diz que, por “razões de segurança”, foi determinado o bloqueio. Segurança dos próprios jornalistas, frise-se, que se junta a outros motivos, como a garantia do sigilo das informações veiculadas pelas Forças Armadas israelenses e para poupar os funcionários das passagens da fronteira, dado que os foguetes do Hamas chocavam-se contra qualquer um. O que se questiona, com justiça, é a continuação do veto à entrada de jornalistas mesmo depois de finda a guerra, vista pela maioria como censura “pura e simples”, tendo mobilizado uma associação de jornalistas estrangeiros em Israel a impetrar recurso contra a medida. A iniciativa chegou à Suprema Corte, que autorizou a entrada de um pequeno conjunto de jornalistas por dia. O acesso passou a valer após o cessar-fogo, obedecendo à determinação de permitir a entrada de, no máximo, oito pessoas por vez.

Havia sido dito por este pesquisador que era justo o questionamento quanto à proibição continuada do ingresso de jornalistas, ainda que a guerra já tivesse acabado. É, sim, justo, mas tal ação tem duas justificativas: desconfiança e prudência, um tanto excessivas, dirão alguns. É difícil para um governo em Estado que se vê constantemente como vitima da opinião pública mundial abrir-se durante um conflito bélico longo e sempre desgastante; seria muito mais conveniente jogar para a plateia e adotar a popular postura de liberar a entrada da imprensa desde o início, cada um responsabilizando-se pelos muito prováveis danos que viessem a sofrer, com o ônus de ainda contar com a pecha de “transparente”. Este pesquisador tenderia, por razões da esfera de sua personalidade afeita à aventura, ao perigo, ao risco e que Freud, o pai da psicanálise, talvez fosse capaz de compreender e explicar, a agir como os jornalistas frustrados, retratados no fragmento seguinte do texto, que percorreram centenas de

quilômetros, rumando para Rafah, sem nenhuma certeza de que conseguiriam entrar em Gaza pelo lado egípcio, tudo em nome do exercício da “arte de sujar os sapatos” (TALESE) e da busca pelo furo, pela informação exclusiva, como, no caso, a consequência da ofensiva israelense e a reação palestina. Contudo, governantes sérios não têm o direito de comportar-se como um repórter, que, em tais circunstâncias, por mais profissional e cauteloso que seja, tem a consciência de que está com a vida por um fio.

A reportagem termina relatando o fechamento também do acesso pelo Egito. A jornalista Elif Ural, da CNN em turco, declarou que “hoje [ontem] (N. do A.: 21 de janeiro de 2009) havia mais de 50 jornalistas esperando em Rafah em três dias.” Ural entrara em Gaza pelo terminal de Erez. Diz ainda que, de acordo com a agência de notícias internacional EFE, a fronteira entre Gaza e o Egito tinha sido aberta aos jornalistas em 21 de janeiro. Segundo Ninio, a organização não governamental internacional Repórteres sem Fronteiras, cumprindo sua função, apresentara manifesto na Embaixada de Israel em Paris, referendada por 160 veículos de comunicação de massa do mundo todo, contra o que se convencionou denominar como “bloqueio noticioso” no território de Gaza.

A guerra já havia acabado, mas seus desdobramentos continuavam a acontecer. O terceiro texto sobre os conflitos no Oriente Médio publicado pela *Folha* em 22 de janeiro de 2009 evidencia as consequências de mais um enfrentamento entre israelenses e palestinos, como a desconfiança e a má vontade mútuas e o desentendimento engrandecido após os eventos dos 22 dias que se seguiram desde 27 de dezembro de 2008, aparentemente superados, em mais uma aposta de Israel sobre a possibilidade de paz.

A manchete da matéria, produzida em Redação, com colaboração da agência de notícias internacional Reuters, informa que a Suprema Corte israelense decidira aceitar partidos árabes nas eleições de 10 de fevereiro. Na linha fina, “Supremo rejeita moção que acusava legendas de ser anti-Israel e impedia sua presença na eleição de fevereiro”. Os partidos em questão, Lista Árabe Unida, de centro, e Balad, de esquerda, representam a minoria árabe do país e ocupam, segundo o texto, 7 das 120 cadeiras do Knesset, o Parlamento de Israel, que é unicameral. O jornal israelense *Haaretz* publicou declaração de Ahmed Tibi, deputado do Lista Árabe Unida. Tibi disse que “a batalha (sic) não acabou, pois a discriminação é hoje [um problema] central.”

O deputado Tibi, com frases como essa, que revelam exatamente à primeira análise a *Weltanschauung*, a ideologia que encerram, mesmo que de maneira quase civilizada, quase imperceptível, quase republicana, só reforça a “discriminação central” de que sugere ser

combatente ferrenho. Se a “batalha” — é assim que um representante de um partido árabe compreende o processo democrático e suas conquistas, palavra mais infeliz impossível, tanto mais estando-se a falar de tema que afeta milhões de pessoas em uma região tão castigada não por batalhas, mas por guerras mesmo, e sangrentas — não acabara; se ainda não tinham atendidas suas demandas; se não é o bastante participar institucionalmente do pleito, o que mais quer o Lista Árabe Unida (unida a quem?, cabe a pergunta) e o deputado Tibi?

A proibição quanto a agremiações árabes tomarem parte na eleição de 10 de fevereiro fundamentou-se na acusação de que esses partidos apoiam terroristas e não admitem o direito à existência de um Estado judeu. “Os partidos ultranacionalistas”, segue o texto, “argumentam que os líderes políticos árabe-israelenses se posicionaram contra os ataques de Israel ao Hamas em Gaza”, além de manterem relações com países francamente simpáticos à causa fundamentalista, como Síria e Líbano. Posicionamentos hesitantes e nebulosos do Lista Árabe Unida e de alguns de seus quadros, como o deputado Tibi, acabam por gerar medidas e reações como a do então deputado Avigdor Lieberman, hoje ministro das Relações Exteriores de Israel, do partido de ultradireita Yisrael Beitenu, que formulou junto com o também ultradireitista União Nacional, o veto, apoiado pela maioria dos membros da Comissão Central das Eleições, organismo da Knesset incumbido de fiscalizar os pleitos e colaborar na elaboração de leis eleitorais, composto também por parlamentares do Partido Trabalhista (centro-esquerda), e do Kadima (centro-direita). Lieberman foi obrigado a subir o tom da discussão e afirmou que prepararia projeto de lei com vistas a cancelar a cidadania israelense do que chamou de “árabes desleais”.

A matéria, a partir de então, dedica-se a fazer um retrospecto acerca das implicações do veto e de sua suspensão em uma sociedade tão dividida quanto plural. O texto diz que os judeus são 5,7 milhões em 7,1 milhões de habitantes de Israel (lembrando que Israel é um Estado judeu desde sua criação oficial; sendo assim, é irresistível a indagação: o que aconteceria com os judeus que eventualmente morassem na faixa de Gaza? Seriam aceitos e respeitados como são os árabe-israelenses, descendentes dos 160 mil árabes que permaneceram em Israel depois da primeira guerra entre os dois povos, em 1948? Lembrando ainda que esses 160 mil são, maciçamente, os que rejeitaram a divisão da Palestina em dois Estados, ideia que frutificou entre os que os sucederam e toma corpo até hoje). Cento e sessenta mil ficaram, mas 700 mil foram expulsos, pelas razões que o hoje chanceler israelense Lieberman defende, ou preferiram emigrar. Isto é, em 1948 eram 860 mil árabes só em Israel (7,1 milhões – 5,7 milhões = 1,4 milhão). Mais da metade do número atual.

O texto menciona o fato de os árabes, mesmo depois de terem se tornado cidadãos israelenses, “terem sido alvo de vários tipos de discriminação”, ainda que cite apenas um: a lei marcial, que não explica o que é e que não é mais instrumento jurídico desde 1966. Rememora ainda o surgimento dos primeiros partidos árabes em solo israelense, no fim dos anos 1960, sendo que o Hadash, comunista, juntava árabes e judeus. A matéria informa também que a Lista Árabe Unida e o Balad só apareceram nos anos 1990 (N. do A.: e já tinham o propósito de representar a comunidade árabe em Israel, propriamente).

Em seu último parágrafo, o texto argumenta que ainda que os árabe-israelenses partilhem dos mesmos direitos que os judeus — ao menos isso o texto reconhece —, os árabes que vivem em Israel “se sentem preteridos em distribuição de verbas e políticas sociais”, além de serem dispensados do serviço militar, que é obrigatório para os judeus, ainda que não fique claro se mesmo desobrigados os árabes — não só muçulmanos como também cristãos — podem servir as Forças, o que seria, na verdade, um privilégio. Se for a dispensa compulsória e inegociável, isto é, verdadeiramente, um fator de discriminação, ainda que o serviço não trouxesse “o *status* e a experiência” e não fosse tão valorizado na sociedade israelense, o que de fato é. Na letra da lei, não há nada que impeça um cidadão árabe-israelense de tornar-se um oficial das Forças Armadas israelenses. No entanto, não se lê nas matérias da *Folha* se há algum.

É forçoso deixar claro mais uma vez: Israel é um Estado judeu. Certo, não é justo que a população árabe pague *ad infinitum* por erros cometidos há mais de 60 anos, mas o “coitadismo” ou seu lado oposto, a violência, com viés político ou não, em nada colaboram quanto a alcançar uma solução que a contemple. Os cidadãos árabe-israelenses, em especial, devem mobilizar-se como nunca para conquistar a tão falada, mas tão pouco desejada, paz. E neste processo não há lugar para dicotomia, para dubiedade. Daí a enorme importância de partidos como o Lista Árabe Unida e o Balad defenderem seus pontos de vista com toda a ponderação, clareza e honestidade intelectual, dirimindo, de uma vez por todas, as névoas escuras da dúvida. Se o Lista Árabe Unida e o Balad consideram que devem mesmo apoiar o Hamas e negar a legitimidade de Israel de existir, que ao menos tenham a decência de não exigir o respaldo de Israel. E que Israel os trate com o rigor que merecerem.

Repercutindo a decisão da Suprema Corte de Israel quanto à queda do veto à participação dos dois partidos árabes, Lista Árabe Unida e Balad, no pleito de 10 de fevereiro, a *Folha* publicou sua quarta matéria sobre os conflitos israelo-palestinos no Oriente Médio do dia 22 de janeiro de 2009, a última a ser submetida à análise por este trabalho. Com a

chamada “Decisão foi política, diz advogada”, o jornalista Samy Adghirni, da reportagem local, entrevistou por telefone Aber Baker, advogada da ONG árabe-israelense Adalah, que impetrou recurso contra a proibição, redigida pelo então deputado e também advogado Avigdor Lieberman. Em apenas quatro respostas, Baker deixa clara, mais uma vez, a prepotência, a hostilidade a Israel, mal disfarçada de defesa da população árabe e do direito ao Estado palestino, e a visão equivocada que determinados cidadãos árabe-israelenses têm da situação de seu povo no país, que é, diga-se novamente, um Estado judeu desde sua concepção.

Baker disparou contra a Suprema Corte, que julgou ter independência limitada, porque decidiu a questão politicamente, ou seja, para ela, os juízes pensaram ser menos danoso à imagem de Israel junto à comunidade internacional votar contra o impedimento. Se assim procederam, mereceram conhecer a opinião furiosa da advogada, expressa sem nenhuma cerimônia em jornal de circulação altamente massiva de um país em processo cada vez mais crescente de protagonismo mundial, coisa impossível de acontecer em nações com as quais ela se afina ideologicamente, a exemplo de Egito, Síria e Líbano. O que Baker faz, na verdade, é escarnecer da Justiça do país em que mora (o texto não evidencia se a advogada da Adalah nasceu em Israel).

Mais adiante, na terceira pergunta, em que se quer saber a opinião da entrevistada acerca da ideia que a população tinha do banimento dos partidos árabes, Baker elabora teses o seu tanto pirotécnicas para explicar seu ponto de vista. Segundo ela, os israelenses, entre os quais imprensa e acadêmicos — sem mencionar nenhum nome —, não foram favoráveis ao veto devido a duas razões: a primeira é que os israelenses receiam dar a entender que rejeitam árabes. A segunda diz respeito ao autor da ação do veto, o então deputado pelo ultradireitista Yisreal Beitenu e hoje ministro das Relações Exteriores de Israel Avigdor Lieberman, ser considerado “um racista perigoso”. Baker cita ainda o posicionamento do Partido Trabalhista, que votou a favor da proibição, “mesmo sabendo que ela seria vetada pela Suprema Corte.”

Este parece ser o ponto alto do, vá lá, pensamento de Aber Baker, o momento em que rasga a fantasia, deita fora a máscara e revela de fato sua visão sobre o tema. Em mais uma ocasião, Baker faz questão de menosprezar o povo israelense, que, para ela, deveria ter, sim, medo de “parecer ser contra os árabes”. Em outras palavras, isso quer dizer que Israel deveria ter prudência ao questionar certas posturas dos governantes árabes, ou seja, o Hamas. A mistificação é de tal ordem que Baker certamente torce para que se dissemine esse seu raciocínio: os israelenses não querem parecer ser contra o Hamas. E é essa, exatamente, a

verdade: **Israel é contra o Hamas, não contra os árabes, tampouco contra os árabe-israelenses, e é ele a quem combate.** Israel quer ver banidos isso, sim, o fundamentalismo religioso, que no Oriente Médio segue preceitos islâmicos (e isso não é questão de gosto, mas de fato), suas operações terroristas e a intolerância de agremiações extremistas que não se contentam com nada menos que sua extinção. Aber Baker deveria se envergonhar de atentar moralmente contra seu próprio povo ao estabelecer comparação — ainda que de modo muito subreptício e algo esperto — entre os árabes — e pela lógica incluem-se aí também os que habitam Israel — e os fundamentalistas xenófobos e assassinos do Hamas.

Avigdor Lieberman, “o racista perigoso”. É assim, dessa maneira tão delicada, que Aber Baker definiu o então deputado pelo ultradireitista Yisrael Beitenu. Mas foi Baker quem fez tal prognóstico, e não o povo israelense, que dedicou-lhe a votação altamente expressiva que o cacifou a tomar assento na chefia do Ministério das Relações Exteriores de Israel após o pleito de 10 de fevereiro. Teria Baker essa opinião a respeito de Lieberman motivada pelo fato de ele pertencer a um partido que vai de encontro aos princípios em que acredita? Pelo que se viu até aqui, é muito provável. Se Baker lesse um pouco mais, constataria que todo Estado democrático e de direito, como é o que se dá com Israel, prima pela defesa de seus cidadãos. A despeito disso, todos os Estados árabes da Ásia Ocidental, como lembra Dershowitz, têm uma religião oficialmente estabelecida, incluindo a ANP — no caso o islamismo —, argumento com base no qual discriminam na letra da lei e socialmente indivíduos que não o professam, com destaque para judeus (DERSHOWITZ, 2004, p. 204). Israel nunca agiu assim, tanto que em seu território convivem, além de judeus, muçulmanos, cristãos e ateus. E então, doutora Aber Baker? Quem é mesmo racista?

O terceiro ponto da resposta de Baker: a “traição” dos trabalhistas. Certamente, para ela, os membros do Partido Trabalhista, de centro-esquerda, deveriam ter votado contra o banimento dos partidos árabes, porque, além de não ser de direita, poderiam ganhar sem levar, isto é, o veto ganharia força política, seria aprovado na Knesset, mas a Suprema Corte o barraria. A frase de Baker que vem em seguida é lapidar: “Mesmo sabendo que ele [o banimento] seria vetado na Suprema Corte, eles quiseram mostrar sua opinião sobre os árabes.” Disso infere-se que: 1) os trabalhistas, para Baker, são gente realmente indigna de confiança; 2) gente confiável — e, por extensão, partidos confiáveis — para Baker é aquela que só diz — e vota — o que ela considera certo; 3) a noção de justiça — e da Justiça — da advogada é um tanto confusa; 4) ela insiste, vê-se agora que se trata de configurar um método a sua loucura, como diz Polônio, em *Hamlet*, de Shakespeare: Baker de fato crê que o Partido

Trabalhista e, por analogia, Israel, ao querer proteger sua nação de ataques e animosidades, é contra os árabes.

À quarta e última pergunta, cujo teor remete à suposta ingratidão dos árabe-israelenses para com Israel, que Samy Adghirni ressalta acertadamente ser “o país mais livre e democrático” do Oriente Médio, Baker é categórica em sua resposta: “Deveríamos ser gratos pelo quê? **Mesmo sabendo que sejamos cidadãos com direitos** (Entrevista Adghirni; grifo nosso), não estamos felizes com esse regime, com a pobreza, com o desemprego e com as prisões.” Baker é mesmo um portento! Habitando um Estado judeu, assim pensado pela comunidade internacional, representada pela outrora relevante Nações Unidas, desde antes de sua fundação, os árabes devem, sim, ser gratos por serem admitidos em Israel, e os de boa índole o são e da melhor forma: trabalham, constituem família, criam seus filhos, prosperam. Em paz. Este pesquisador concorda que Baker e os que partilham de sua mundivisão totalitária não possam mesmo estar felizes com “esse regime”, com a democracia.

Quanto à pobreza, o Hamas, quando quer incitar o velho e sempre eficaz ódio antissemita contra Israel, é o primeiro a levantar bandeira acusando (!) a riqueza daquele país, para eles foco de imperialismo repressor no Oriente Médio. O desemprego em Israel é o mais baixo da região (6,1%). Já ao se referir às prisões, só pode estar falando das de seus companheiros do Hamas, pegos antes de se explodirem contra uma pizzaria ou uma discoteca, lugares aos quais se vai gente normal quando de folga nas madrugadas de sábado para domingo.

Aber Baker, de fato, deve ter muito mais coisas em comum com seus parentes na Síria do que com seus vizinhos israelenses judeus, como deixa claro ao final da entrevista. A pergunta é: o que faz em Israel? Por que não vai morar junto de sua família naquele exemplo de liberdade democrática, de costumes e expressão? Aber Baker continua em Israel porque só em Israel pode criticar Israel; Aber Baker continua em Israel porque só em Israel pode criticar os políticos de Israel; Aber Baker continua em Israel porque só em Israel pode criticar a democracia de Israel; Aber Baker continua em Israel porque só em Israel pode dizer as maiores asneiras sem ser molestada, inclusive pelo próprio Estado — aliás, muitas vezes, como se viu, sem ser ao menos contestada por quem poderia e deveria fazê-lo. Aber Baker bate o pé e fica em Israel porque só em Israel Aber Baker pode ser... Aber Baker!

4 Conclusão — A guerra é divertida

Mistificação, má vontade, enganos involuntários ou propositais. Todos esses eventos, não raro e desafortunadamente, envolvem uma cobertura de guerra, como comprovam de maneira peremptória e fartamente documentada os relatos de Philip Knightley em seu já clássico *A Primeira Vítima*, cujo subtítulo trata exatamente da participação, consciente ou não, do correspondente de guerra na construção da História e também no seu falseamento.

Knightley aborda na referida obra diversos aspectos da guerra, inclusive a natureza “lúdica” que pode adquirir um conflito armado — estaremos falando sempre no que respeita aos jornalistas, visto que para a população civil, em especial, uma guerra jamais será, ao menos não a princípio, motivo de gargalhadas, gozo ou sacadas geniais, a exemplo da que ilustra a abertura do 17º capítulo do livro em questão, *A guerra é divertida*, em que um jornalista, cuja identidade foi preservada pelo autor, dissera que, como substituto para infâncias felizes, tiveram a Guerra do Vietnã — ali destrinchada detalhadamente.

Contudo, jornalistas sozinhos não são capazes de cobrir efeméride de tal magnitude, como é o caso de uma guerra, ou, até são, mas disso não irá resultar tão bom fruto quanto o de uma cobertura plural, que prima por ouvir especialistas, representantes de cada um dos lados em questão e cidadãos comuns, desde que se exponha os equívocos de cada um dos entrevistados, sistemática e categoricamente, sempre primando pela razão, ainda que seja vigorosa a paixão que os envolve e que, frequentemente, termina por também “contaminar” o profissional de imprensa.

Este trabalho aponta, de maneira confessadamente incisiva, mas também intransigentemente honesta do ponto de vista intelectual e acadêmico, os enganos nos quais resvalou o jornal *Folha de S. Paulo* no procedimento jornalístico colocado em prática ao longo dos 22 dias de duração da mais recente guerra entre Israel e os palestinos, chamando igualmente a atenção para o fato, segundo este pesquisador sempre óbvio, de que a facção fundamentalista e terrorista islâmica Hamas — e não o povo palestino — é que foi, mais uma vez, o adversário de Israel no fato histórico estudado.

Justamente contra o Hamas é dirigida a crítica central e assumidamente contundente e bem argumentada deste trabalho, que defende, respaldado por autores como o advogado norte-americano Alan Dershowitz, o professor brasileiro Márcio Scalercio e o escritor palestino radicado nos Estados Unidos Mosab Hassan Yousef, filho de um de seus

sete fundadores, que a facção, por mais força e apoio popular que tenha (se é que pode ser verdadeiramente popular, etimologicamente popular, no sentido de ser amado pelo povo, especializado que é em infundir o terror também entre os cidadãos que diz representar), não fala em nome do povo palestino residente na faixa de Gaza. O Hamas é, isso, sim, uma milícia, preocupada unicamente em advogar em causa própria e fiscalizar o cumprimento de burcas e xadores das mulheres muçulmanas, que conhecem muito bem o destino tenebroso a lhes esperar caso não se enquadrem. Este pesquisador também compartilha da *Weltanschauung*, da mundivisão de autores como Dershowitz quanto ao pouco compromisso desses “líderes” no que concerne à causa que alegam abraçar, mesmo os que, ao menos declaradamente, condenam pegar em armas. É o caso de Yasser Arafat (1929-2004), que segundo Dershowitz, habitava uma luxuosa mansão nos subúrbios de Paris e de lá dava as instruções acerca do que devia ou não ser feito. Alguns dos poderes de “persuasão” de gente como Arafat e Abdel Aziz Rantisi, assunto ao posto de novo líder supremo do Hamas em Gaza após a morte do xeque Ahmed Yassin (1936-2004), são analisados a fundo neste trabalho.

O governador de São Paulo, José Serra (PSDB), em discurso de boas-vindas ao presidente de Israel Shimon Peres, em 12 de novembro de 2009, faz uso de argumento interessante sobre o tema — ele se referia ao chefe de Estado do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, que dá seguimento a um programa de enriquecimento de urânio cujos propósitos não são claros, o que desagrade em cheio o mundo civilizado; e que, para completar, também não reconhece o Holocausto, sacrifício metódico de seis milhões de judeus, de 1934 a 1945, pelo regime totalitário do mandatário máximo da Alemanha no período, Adolf Hitler: Serra diz que terroristas e seus apologistas não são nossos [do Brasil] interlocutores. Certo, a fala de Serra pode ser interpretada como parte de uma estratégia de campanha, já que era possível candidato às eleições presidenciais brasileiras em 2010 (N. do A.: Serra oficializou sua pré-candidatura em 10 de abril de 2010).

Este trabalho constatou que grande parte dos deslizes cometidos pela *Folha* aconteceram quando da feitura de matérias em Redação, daí a fundamental importância do correspondente de guerra, ou, no caso estudado, para empregar nomenclatura jornalisticamente correta, do enviado especial. Este pesquisador nunca julgou ser demais assinalar não apenas os erros, bem como os pontos positivos do expediente da *Folha*, que foram muitos, a começar da própria cobertura, que muitos veículos de comunicação de massa delegam, sem nenhuma cerimônia, a agências de notícias, ou, em circunstâncias ainda mais

desanimadoras e vergonhosas no que concerne à atividade jornalística, à outrora citada transcrição, ou, simplesmente, copia-e-cola, de *websites*, muitas vezes das páginas virtuais dos próprios — e poucos — produtos jornalísticos que se empenham em trabalho deste gênero.

Foram 225 os textos publicados pela *Folha* que diziam respeito aos conflitos armados israelo-palestinos entre 27 de dezembro de 2008 e 22 de janeiro de 2009, dentre os quais, obedecendo a critérios como relevância da informação e maior quantidade de dados distintos, mas convergentes, foram analisados 23 (ou aproximadamente 10%) para este trabalho; no entanto, todas as reportagens, artigos e entrevistas foram lidos e relidos muitas vezes. Constam do apêndice dez matérias que auxiliam o leitor na compreensão dos desdobramentos da guerra e no que respeita a contextualizar e conscientizar que a História, como afirmou Albert Einstein sobre a natureza ao anunciar a Teoria Geral da Relatividade, incontestavelmente também não dá saltos.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Ática, 2003.

DERSHOWITZ, Alan. **Em defesa de Israel**. São Paulo: Nobel, 2004.

FONSECA, Celso. Voos de um grande repórter. **Revista Brasileiros**, São Paulo, n. 3, p. 98, set. 2007.

KNIGHTLEY, Philip. **A primeira vítima**: o correspondente de guerra como herói, propagandista e fabricante de mitos, da Crimeia ao Vietnã. São Paulo: Nova Fronteira, 1978.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 1992.

NINIO, Marcelo. Israel bombardeia Gaza e mata mais de 225. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 jan. 2009.

SANTAELLA, Lúcia. **Comunicação e pesquisa**: projetos para mestrado e doutorado. São Paulo: Hacker, 2006.

SCALERCIO, Márcio. **Oriente Médio**: uma análise reveladora sobre dois povos condenados a conviver. Campus: Rio de Janeiro, 2003.

SCHENKER, Hillel . Tel-Aviv . *Palestine-Israel Journal*, Israel, 10 jan. 2010.

VARELA, Juca. [Entrevista]. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2003.

ANEXO A – Palestino vê erro na ausência em adiar debate sobre Gaza

ANEXO B – Israelenses não serão réus, diz Premié

ANEXO C – Brasil propõe paliativo a relatório sobre Gaza

ANEXO D – ONU deve aprovar hoje relatório sobre Gaza

ANEXO E – Conselho da ONU endossa texto sobre Gaza

ANEXO F – Israel critica a aprovação de relatório

ANEXO G – “No Radar” do Oriente Médio, Brasil busca influenciar

ANEXO H – Processo de paz empaca, e país ganha relevo

ANEXO I – Orçamento da ONU enfrenta impasses

ANEXO J – Brasil vê plano palestino com ceticismo